INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016

Edição 2017

Estatísticas oficiais

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016

Edição 2017

FICHA TÉCNICA

Título | Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016

Editor | Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00 | Fax: 21 845 40 84

Presidente do Conselho Diretivo | Alda de Caetano Carvalho

Design e Composição | Instituto Nacional de Estatística, I.P.

ISSN | 0871-8040

ISBN | 978-989-25-0429-2

Periodicidade | irregular

Apoio | s clientes
218 440 695

Atualizado em 16-04-2018:

Substituição do Quadro 8 na página 22

O INE, I. P. na Internet | **www.ine.pt**

© INE, I. P., Lisboa · Portugal, 2017
A reprodução de quaisquer páginas desta obra é autorizada, exceto para fins comerciais, desde que mencionando o INE, I.P., como autor, o título da obra, o ano de edição, e a referência Lisboa-Portugal.

INTRODUÇÃO

O Instituto Nacional de Estatística (INE, IP) disponibiliza a publicação com a análise dos resultados do Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016 (IEEA 2016), comparando, sempre que se afigura oportuno, com a informação retrospetiva de 2013 e 2009.

O IEEA 2016 completa o ciclo de inquéritos dirigidos às explorações agrícolas previstos no Regulamento (CE) N.º 1166/2008 e precede o próximo recenseamento agrícola.

Espera-se que esta publicação constitua uma referência para o melhor conhecimento da agricultura portuguesa e possa contribuir para a promoção do debate e reflexão sobre o setor, particularmente oportunas uma vez que os resultados constituem uma das principais fontes de informação na monitorização e avaliação das medidas implementadas pela atual política agrícola comum (PAC), contribuindo os seus resultados para o primeiro relatório de avaliação de desempenho da PAC, que a Comissão deverá submeter previsivelmente ao Parlamento Europeu e ao Conselho em 31 de dezembro de 2018.

Encorajam-se vivamente os utilizadores para o envio de críticas e sugestões, tendo em vista a melhoria contínua da qualidade das estatísticas agrícolas.

A todos os que colaboraram na conceção e realização desta operação e especialmente aos agricultores pela disponibilidade manifestada na resposta ao inquérito, endereçamos o nosso agradecimento.

INTRODUCTION

Statistics Portugal (INE, IP) makes available the publication with the analysis of the results of the Farm Structure Survey 2016 (FSS 2016), comparing, whenever appropriate, with retrospective information from 2013 and 2009.

FSS 2016 completes the life time of structural surveys provided in Regulation (EC) No 1166/2008 and precedes the next agricultural census.

It is expected that this publication could be a reference for a better understanding of the Portuguese agriculture and help to promote discussion and reflection on this sector, particularly convenient as the results are one of the main data sources for the monitoring and evaluation of the measures implemented by the current Common Agricultural Policy (CAP), contributing to the CAP first report, which the Commission is required to submit to the European Parliament and the Council by 31 December 2018.

Users are strongly encouraged to send their comments and suggestions, with a view to continuously improve the quality of agricultural statistics.

To all those who cooperate in the conception, design and conduction of this operation and especially to the willingness of farmers in responding to the survey, we address our thanks.

[ÍNDICE]

Pág.

3 > Introdução/Introduction

5 > Sumário Executivo/Executive Summary

6 > Sinais Convencionais

9 > Análise de Resultados

SUMÁRIO EXECUTIVO

A estrutura das explorações agrícolas continua a evoluir positivamente: desde 2013, a dimensão média das explorações agrícolas aumentou 0,3 hectares de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) (14,1 hectares em 2016), a Dimensão Económica por exploração cresceu 2,8 mil euros de Valor de Produção Padrão Total (VPPT) (19,9 mil euros em 2016), o número de sociedades agrícolas aumentou 1,4 mil e os indicadores laborais, relacionados com a produtividade e a deficiência do trabalho, melhoraram significativamente.

A análise das explorações segundo a Orientação Técnico Económica aponta para a especialização da agricultura portuguesa, dado que 70,2% das explorações em 2016 eram especializadas (mais de 2/3 do VPPT provém de apenas uma atividade), destacando-se a especialização em herbívoros (34,3% do VPPT nacional) e a especialização em culturas permanentes (21,1% do VPPT nacional).

A agricultura de grande escala e cariz empresarial, formada maioritariamente pelas sociedades agrícolas, embora representasse somente 4,4% das unidades produtivas em 2016, explorou quase 1/3 da SAU e produziu 44,6% do efetivo pecuário. Neste contexto salienta-se ainda as explorações que regaram a maior parte da SAU que, não obstante representarem em 2016 menos de ¼ do total de explorações e 10,9% da SAU, geraram 36,2% do VPPT nacional.

Como aspeto negativo destaca-se o envelhecimento dos produtores agrícolas, os mais velhos da UE28, cuja média de idades passou dos 63 anos em 2009 para os 65 anos em 2016.

Apesar da evolução positiva da agricultura nacional, a comparação dos indicadores laborais com os da UE28 revela-se ainda desfavorável. A produtividade média da mão de obra agrícola foi de 16,2 mil euros de VPPT por Unidade de Trabalho Ano (UTA), menos de metade do valor na UE28 em 2013. De igual modo, a eficiência da mão de obra agrícola, expressa na SAU por UTA, é inferior à média europeia.

EXECUTIVE SUMMARY

The farm structure continues to evolve positively: since 2013, the average size of farms has increased by 0.3 hectares of Utilized Agricultural Area (UAA) (14.1 hectares in 2016), the Economic Size per holding increased by 2.8 thousand Euros of Standard Output (SO) (19.9 thousand Euros in 2016), the number of agricultural enterprises increased by 1.4 thousand and the labour force indicators, related labour productivity and efficiency, improved significantly.

The analysis of agricultural holdings according to the farm type points to the specialization of Portuguese agriculture, given that 70.2% of the farms in 2016 were specialized (one activity provides more than 2/3 of the SO), with highlight to grazing livestock specialization (34.3% of the national SO) and permanent crops specialization (21.1% of the national SO).

Large-scale and entrepreneurial agriculture, formed mostly by agricultural enterprises, although it represented only 4.4% of total holdings in 2016, managed almost 1/3 of the UAA and produced 44.6% of the livestock. In this context, it should be stressed that farms which irrigated most of its UAA, despite representing less than ¼ of the total holdings and 10.9% of the UAA in 2016, generated 36.2% of the national SO.

One negative aspect is the aging of agricultural holders, the oldest in the EU28, whose average age has increased from 63 in 2009 to 65 in 2016.

Despite the positive evolution of national agriculture, the comparison of labour force indicators with those of the EU28 is still unfavourable. The average productivity of the agricultural labour force was 16.2 thousand Euros of SO per Annual Work Unit (AWU), less than half of the value in the EU28 in 2013. Similarly, the efficiency of the agricultural labour force, expressed in UAA per AWU, is lower than the European average.

SINAIS CONVENCIONAIS

SINAIS CONVENCIONAIS, SIGLAS E INFORMAÇÃO AOS UTILIZADORES

Sinais convencionais:

//	Valor nulo ou não aplicável
x	Valor não disponível
ə	Valor inferior a metade do módulo da unidade utilizada

Siglas:

%	Percentagem
CN	Cabeças normais
DE	Dimensão Económica
ha	Hectares
IEEA	Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas
IFAP	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.

n.º	Número
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, Versão de 2013
OTE	Orientação Técnico-Económica
p.p.	Pontos percentuais
PAC	Política Agrícola Comum
PDR 2020	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural
SANU	Superfície Agrícola Não Utilizada
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
UE 28	União Europeia

ANÁLISE DE RESULTADOS

>> Explorações agrícolas: redução do abandono da atividade agrícola

SAU sem alterações significativas

Os 3,6 milhões de hectares de SAU correspondem a 39,5% do território nacional

Os resultados do Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas (IEEA 2016) contabilizaram 259 mil explorações, menos 5,4 mil explorações do que em 2013 e menos 46,3 mil do que em 2009, verificando-se um abrandamento do abandono da atividade agrícola no último triénio. Apesar de um número significativo de produtores ter cessado a atividade agrícola desde 2009 (-15,2%), a Superfície Agrícola Utilizada (SAU) não registou alterações significativas, mantendo-se nos 3,6 milhões de hectares (39,5% da superfície territorial). A estrutura fundiária das explorações agrícolas continuou a evoluir de forma positiva, com um aumento da dimensão média (SAU por exploração) de 12,0 hectares em 2009 para 14,1 hectares em 2016.

Quadro 1 >> Número de explorações, SAU, e dimensão média por NUTS II (variação 2009-2016)

NUTS II	Explorações		SAU		SAU média por explo-ração	Variação 2009-2016			Variação 2009-2013			Variação 2013-2016		
	(n.º)	(%)	(ha)	(%)	ha/expl	n.º Expl. (%)	SAU (%)	ha/Expl. (%)	n.º Expl. (%)	SAU (%)	ha/Expl. (%)	n.º Expl. (%)	SAU (%)	ha/Expl. (%)
Portugal	258 983	100,0	3 641 691	100,0	14,1	-15,2	-0,7	17,0	-13,4	-0,7	14,6	-2,1	0,0	2,1
Continente	235 774	91,0	3 513 006	96,5	14,9	-15,2	-0,8	17,0	-13,5	-1	14,8	-2,0	-0,1	1,9
Norte	95 879	37,0	653 134	17,9	6,8	-13,5	1,4	17,2	-10,8	0,4	12,6	-3,0	1,0	4,1
Centro	87 044	33,6	585 904	16,1	6,7	-17,2	2,8	24,1	-17,9	-2,1	19,2	0,9	5,0	4,1
AM Lisboa	5 458	2,1	77 636	2,1	14,2	-28,2	-11,4	23,5	-19,4	-15,1	5,3	-10,9	4,4	17,2
Alentejo	35 666	13,8	2 100 762	57,7	58,9	-15,5	-2,4	15,5	-10,6	-0,3	11,5	-5,5	-2,1	3,5
Algarve	11 728	4,5	95 570	2,6	8,1	-5,3	8,2	14,3	-6,7	4,5	11,9	1,5	3,6	2,1
Açores	11 580	4,5	123 793	3,4	10,7	-14,5	2,8	20,2	-12,7	-1,5	12,8	-2,1	4,4	6,6
Madeira	11 628	4,5	4 893	0,1	0,4	-14,6	-9,9	5,5	-11,3	-3,1	9,3	-3,7	-7,0	-3,5

Regionalmente, a evolução da área agrícola e do número de explorações foi muito diferenciada. A Área Metropolitana de Lisboa foi, em termos relativos, a região que registou um maior abandono da atividade agrícola, com a superfície agrícola a diminuir entre 2009 e 2016 quase 10 mil hectares e o número de explorações a decrescer 28,2%.

A dimensão média das explorações regista uma grande variabilidade regional, apresentando as explorações do Alentejo uma dimensão média 4 vezes superior à média nacional. Em contrapartida no Norte e Centro as explorações são em média inferiores a 7 hectares de SAU, menos de metade do valor nacional (14,1 hectares de SAU por exploração).

Dimensão média das explorações agrícolas ultrapassa os 14 hectares

Desde 2009 a Área Metropolitana de Lisboa foi a região que registou maior abandono da atividade agrícola, em termos relativos

<< **exploração agrícola:** unidade técnico-económica que utiliza fatores de produção comuns, tais como: mão de obra, máquinas, instalações, terrenos, entre outros, e que deve satisfazer obrigatoriamente as quatro condições seguintes:
1. produzir produtos agrícolas ou manter em boas condições agrícolas e ambientais as terras que já não são utilizadas para fins produtivos;
2. atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (área, número de animais);
3. estar submetida a uma gestão única;
4. estar localizada num local bem determinado e identificável.

<< **superfície agrícola utilizada (SAU):** constituída pelas terras aráveis (limpa e sobcoberto de matas e florestas), culturas permanentes, pastagens permanentes e horta familiar.

>> Estrutura fundiária: 2,4% das explorações exploram 58% da SAU

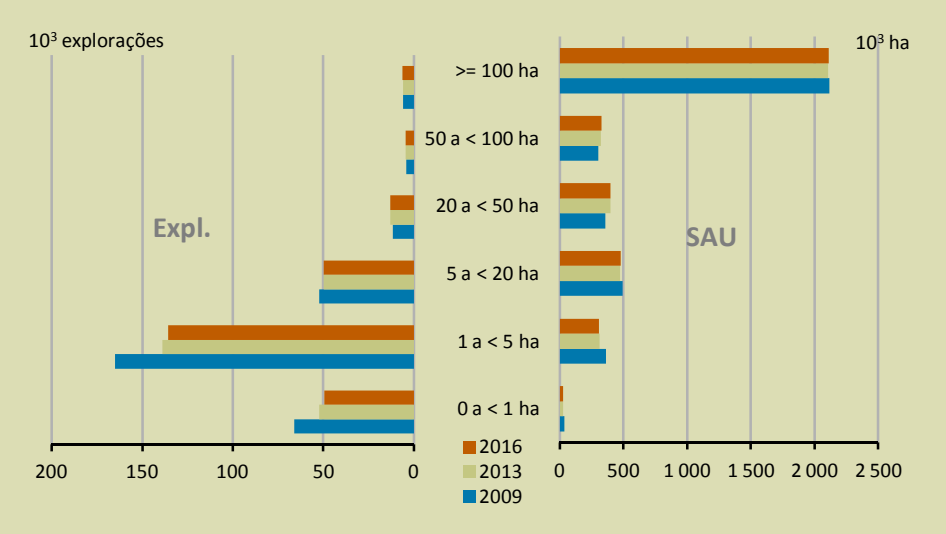
Elevada concentração da SAU, com as mil maiores explorações agrícolas a gerirem quase 1 milhão de hectares de SAU

Em 2016 mais de metade da SAU (58,0%) foi explorada por unidades produtivas com 100 ou mais hectares, que representavam apenas 2,4% das explorações agrícolas. De referir que um reduzido número de explorações de grande dimensão (261 explorações com 1 000 ou mais de hectares de SAU) exploraram 12,3% da SAU nacional. Em contrapartida, as explorações de pequena dimensão (menos de 1 hectare), apesar de corresponderem a 19,0% do total, cultivaram somente 0,7% da SAU.

Quadro 2 >> Número de explorações e SAU, por classes de SAU (variação 2009-2016)

Classes de SAU	Explorações		SAU		Variação 2009-2016		Variação 2009-2013		Variação 2013-2016	
	(n.º)	(%)	(ha)	(%)	n.º Expl. (%)	SAU (%)	n.º Expl. (%)	SAU (%)	n.º Expl. (%)	SAU (%)
Total	258 983	100,0	3 641 691	100,0	-15,2	-0,7	-13,4	-0,7	-2,1	0,0
< 1 ha	49 301	19,0	26 528	0,7	-25,3	-24,3	-20,7	-21,4	-5,8	-3,7
1 a < 5 ha	135 827	52,4	304 459	8,4	-17,6	-15,9	-15,8	-13,9	-2,1	-2,3
5 a < 20 ha	49 942	19,3	478 763	13,1	-4,2	-2,8	-4,8	-3,6	0,6	0,9
20 a < 50 ha	12 999	5,0	395 056	10,8	10,8	10,4	9,9	11,1	0,7	-0,7
50 a < 100 ha	4 697	1,8	326 304	9,0	7,9	7,7	6,9	6,5	0,8	1,1
100 a < 500 ha	5 159	2,0	1 121 887	30,8	3,6	2,2	-1,2	-3,9	4,8	6,3
500 a < 1 000 ha	798	0,3	538 972	14,8	-6,9	-7,1	-1,4	-0,8	-5,6	-6,3
≥ 1 000 ha	261	0,1	449 723	12,3	-1,8	2,1	3,4	8,4	-5,1	-5,8

Figura 1 >> Explorações por classe de SAU (2009-2016)



O abandono da atividade agrícola ocorreu maioritariamente nas pequenas explorações, estando a redução do número de explorações de grande dimensão circunscrita a menos de uma centena de unidades produtivas e, eventualmente, relacionada com o fracionamento fundiário e empresarial.

Abandono da atividade agrícola incidiu, uma vez mais, sobre a pequena agricultura

>> Natureza jurídica: número de sociedades agrícolas continua a aumentar

Sociedades agrícolas geriram 1/3 da SAU e 44,6% do efetivo pecuário

Os responsáveis jurídicos e económicos das explorações agrícolas são maioritariamente produtores singulares (95,0%), representando as 11,4 mil sociedades apenas 4,4% do total. No entanto, nas explorações de maior dimensão (100 ou mais hectares de SAU) a representatividade das sociedades assume maior expressão (39,9%). De referir que desde 2009 o número de sociedades já aumentou 68,2%.

Quadro 3 >> Natureza jurídica do produtor, por classes de SAU (variação 2009-2016)

Classes de SAU	2016						Variação 2009-2016			Variação 2009-2013			Variação 2013-2016		
	Produtor singular		Sociedade		Outras formas		Produtor singular	Socie-dade	Outras formas	Produtor singular	Socie-dade	Outras formas	Produtor singular	Socie-dade	Outras formas
	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(%)								
Total	246 149	95,0	11 397	4,4	1 437	0,6	-17,2	68,2	29,6	-14,8	47,1	-13,6	-2,9	14,3	49,9
S/ SAU	693	55,6	553	44,4	0	0,0	-34,3	65,1	-100,0	-50,2	-5,0	-100,0	32,0	73,7	-
0 < 1 ha	47 250	98,3	577	1,2	226	0,5	-26,5	126,5	128,6	-21,0	155,5	-21,0	-6,9	-11,3	189,3
1 a < 5 ha	133 122	98,0	2 253	1,7	452	0,3	-18,7	191,1	56,3	-16,6	131,6	24,7	-2,6	25,7	25,4
5 a < 20 ha	46 956	94,0	2 711	5,4	274	0,5	-7,1	89,1	43,7	-6,6	60,5	-16,1	-0,5	17,8	71,3
20 a < 50 ha	11 086	85,3	1 757	13,5	156	1,2	5,8	55,3	23,5	5,6	52,1	-10,3	0,2	2,1	37,7
50 a < 100 ha	3 541	75,4	1 067	22,7	90	1,9	3,4	27,6	-5,5	6,3	16,1	-51,5	-2,7	9,9	94,7
≥ 100 ha	3 501	56,3	2 479	39,9	239	3,8	-7,7	23,3	-20,6	-4,3	10,0	-33,3	-3,6	12,0	19,1

Dimensão das explorações agrícolas geridas por sociedades é muito superior à das geridas por produtores singulares

A elevada representatividade da agricultura familiar, constituída por pequenas explorações, coexiste assim com a agricultura de grande escala e cariz empresarial, formada maioritariamente pelas sociedades agrícolas que, embora representassem somente 4,4% das unidades produtivas em 2016, exploraram quase 1/3 da SAU e produziram 44,6% do efetivo pecuário. De facto, em média, cada sociedade agrícola explorou 105 hectares de SAU (11 vezes mais que os produtores singulares) e produziu 87 cabeças normais (18 vezes mais que os produtores singulares).

Quadro 4 >> SAU e cabeças normais segundo a natureza jurídica do produtor, por classes de SAU (2016)

Classes de SAU	Produtor singular				Sociedade				Outras formas			
	SAU		CN		SAU		CN		SAU		CN	
	(ha)	(%)	(n.º)	(%)	(ha)	(%)	(n.º)	(%)	(ha)	(%)	(n.º)	(%)
Total	2 273 881	62,4	1 214 573	54,6	1 195 004	32,8	992 368	44,6	172 807	4,7	16 775	0,8
S/ SAU	0	0	72 772	3,3	0	0	259 089	11,7	0	0	0	0,0
< 1 ha	26 116	0,7	61 114	2,7	294	0,0	7 934	0,4	119	0,0	199	0,0
1 a < 5 ha	298 066	8,2	217 695	9,8	5 465	0,2	36 836	1,7	928	0,0	293	0,0
5 a < 20 ha	445 817	12,2	275 902	12,4	30 446	0,8	78 113	3,5	2 499	0,1	1 009	0,0
20 a < 50 ha	334 803	9,2	201 647	9,1	55 222	1,5	70 368	3,2	5 031	0,1	2 660	0,1
50 a < 100 ha	243 172	6,7	108 501	4,9	76 748	2,1	50 349	2,3	6 384	0,2	1 889	0,1
≥ 100 ha	925 907	25,4	276 943	12,5	1 026 829	28,2	489 679	22,0	157 846	4,3	10 726	0,5

<< **produtor agrícola:** responsável jurídico e económico da exploração, isto é, a pessoa física ou legal por conta e em nome da qual a exploração produz, retira os benefícios e suporta as perdas eventuais, tomando as decisões de fundo relativas ao sistema de produção, investimentos, empréstimos, etc.

<< **natureza jurídica do produtor:** a personalidade jurídica do responsável jurídico e económico da exploração.

a) Se o produtor agrícola for uma pessoa física, é classificado como:

- Produtor singular autónomo, se permanente e predominantemente, utiliza a atividade própria ou de pessoas do seu agregado doméstico na sua exploração, com ou sem recurso excecional ao trabalho assalariado.
- Produtor singular empresário, se permanente e predominantemente, utiliza a atividade de pessoal assalariado na sua exploração.

b) Se o produtor for uma entidade legal, é classificado como:

- Sociedades, constituídas segundo os códigos comerciais e civil;
- Outras formas, onde se incluem:
- Baldios, terrenos possuídos e geridos por comunidades locais que, para este efeito, se designam por universo dos compartes que, segundo os costumes, têm direito ao uso e fruição do baldio;
- Estado e pessoas públicas, se a exploração está subordinada à administração central ou local, diretamente ou por intermédio de um organismo (ex.: estações agrárias, escolas agrícolas, institutos públicos, empresas públicas, administrações florestais, quartéis, prisões, etc.).
- Outras entidades, como as cooperativas, as associações, as fundações, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), os seminários, os conventos, os mosteiros, as escolas privadas, etc.

<< **cabeça normal (CN):** medida pecuária que relaciona os efetivos, convertidos em cabeças normais, em função das espécies e das idades, através de uma tabela de conversão, e, em que, um animal adulto da espécie bovina corresponde a 1 CN.

>> Dimensão Económica das explorações: evolução positiva face a 2013

Quadro 5 >> Número de explorações, segundo as classes de Dimensão Económica (DE), por NUTS II (2016)

NUTS II	Total				Explorações muito pequenas (< 8 000 euros de VPPT)			
	Explorações	VPPT		DE	Explorações		VPPT	
	(n.º)	(10^3 euros)	(%)	(10^3 euros/expl.)	(n.º)	(%)	(10^3 euros)	(%)
Portugal	258 983	5 144 213	100,0	19,9	188 652	72,8	488 733	9,5
Continente	235 774	4 584 374	89,1	19,4	174 306	73,9	445 257	9,7
Norte	95 879	1 122 815	21,8	11,7	71 846	74,9	204 236	18,2
Centro	87 044	1 217 146	23,7	14,0	69 477	79,8	156 857	12,9
AM Lisboa	5 458	288 640	5,6	52,9	3 420	62,7	10 602	3,7
Alentejo	35 666	1 719 736	33,4	48,2	22 467	63,0	51 362	3,0
Algarve	11 728	236 037	4,6	20,1	7 098	60,5	22 200	9,4
Açores	11 580	474 606	9,2	41,0	5 590	48,3	13 964	2,9
Madeira	11 628	85 233	1,7	7,3	8 755	75,3	29 513	34,6

NUTS II	Explorações pequenas (8 000 a < 25 000 euros de VPPT)				Explorações médias (25 000 a < 100 000 euros de				Explorações grandes (≥ 100 000 euros de VPPT)			
	Explorações		VPPT		Explorações		VPPT		Explorações		VPPT	
	(n.º)	(%)	(10^3 euros)	(%)	(n.º)	(%)	(10^3 euros)	(%)	(n.º)	(%)	(10^3 euros)	(%)
Portugal	40 291	15,6	560 489	10,9	20 598	8,0	1 011 332	19,7	9 441	3,6	3 083 659	59,9
Continente	35 577	15,1	496 952	10,8	17 894	7,6	865 874	18,9	7 997	3,4	2 776 291	60,6
Norte	16 267	17,0	222 072	19,8	5 972	6,2	271 075	24,1	1 795	1,9	425 433	37,9
Centro	9 846	11,3	138 457	11,4	5 557	6,4	271 891	22,3	2 165	2,5	649 941	53,4
AM Lisboa	960	17,6	14 374	5,0	610	11,2	30 275	10,5	468	8,6	233 389	80,9
Alentejo	5 431	15,2	78 852	4,6	4 549	12,8	236 682	13,8	3 219	9,0	1 352 840	78,7
Algarve	3 074	26,2	43 198	18,3	1 205	10,3	55 951	23,7	351	3,0	114 688	48,6
Açores	2 160	18,7	31 685	6,7	2 432	21,0	134 224	28,3	1 398	12,1	294 733	62,1
Madeira	2 554	22,0	31 852	37,4	273	2,3	11 235	13,2	46	0,4	12 634	14,8

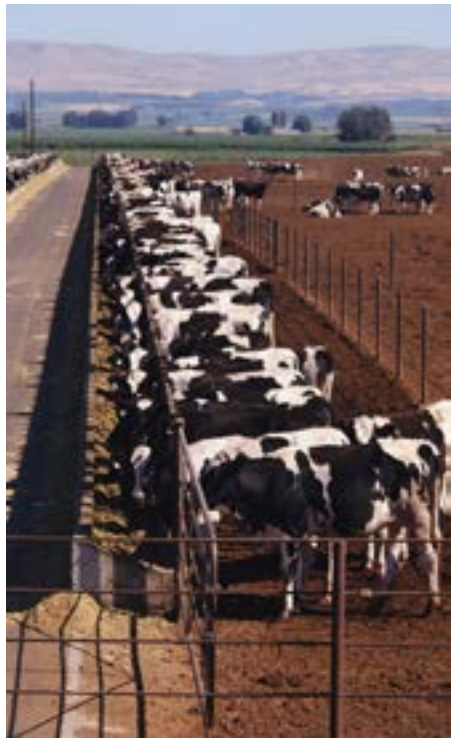
O Valor da Produção Padrão Total (VPPT) nacional de 2016 ultrapassou os 5,1 mil milhões de euros (+14,1% do que em 2013), contribuindo o Alentejo com mais de 1/3 deste valor. Em média cada exploração agrícola gerou 19,9 mil euros de VPPT, mais de 2,8 mil euros do que em 2013, correspondente a um aumento de 16,5% na Dimensão Económica (DE) média das explorações.

Em média cada exploração agrícola gerou 19,9 mil euros de VPPT

A análise das explorações por classes de DE revela que as grandes unidades produtivas (mais de 100 mil euros de VPPT), embora representem apenas 3,6% das explorações agrícolas, originaram 59,9% do VPPT nacional em 2016. Em contrapartida, praticamente 3/4 das explorações são muito pequenas, gerando menos de 8 mil euros por ano e contribuindo com 9,5% para o VPPT nacional.

As explorações de grande dimensão contribuíram com praticamente 60% do VPPT

Regionalmente observa-se uma grande assimetria na DE por exploração, com as explorações da Área Metropolitana de Lisboa a gerarem em média 52,9 mil euros de VPPT, valor quase 5 vezes superior ao alcançado pelas explorações do Norte.



Quase 3/4 das explorações são muito pequenas, gerando menos de 8 mil euros por ano

<< **valor de produção padrão (VPP):** é o valor monetário médio da produção agrícola numa dada região, obtido a partir dos preços de venda à porta da exploração. É expresso em euros por hectare ou cabeça de gado, conforme o sistema de produção, e corresponde à valorização mais frequente que as diferentes produções agrícolas têm em determinada região. O período de referência dos dados de base dos VPP cobriu o quinquénio 2011 a 2015.

<< **valor de produção total (VPT) ou valor de produção padrão total (VPPT)** da exploração: corresponde à soma dos diferentes VPP obtidos para cada atividade, multiplicando os VPP pelo número de unidades (de área ou de efetivo) existentes dessa atividade na exploração.

<< **dimensão económica (DE):** é definida com base no **VPPT** da exploração, sendo expressa em euros.

>>Orientação Técnico Económica: maioria das explorações agrícolas é especializada (70,2%)

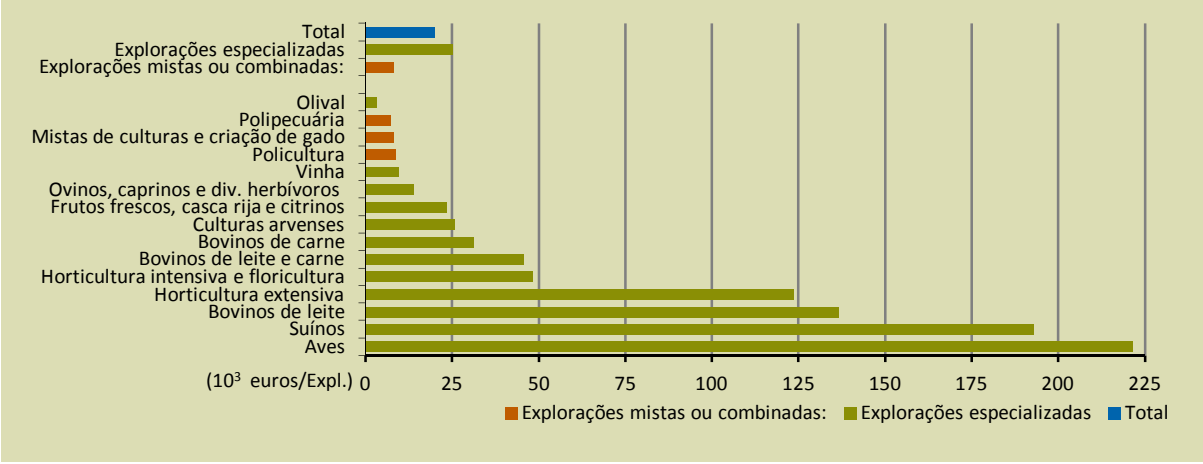
Quadro 6 >> Número de explorações, VPPT e SAU, por OTE (2016)

OTE	Explorações		VPPT			SAU	
	(n.º)	(%)	(10^3 euros)	(%)	(10^3 euros /expl.)	(ha)	(%)
Total	258 983	100,0	5 144 213	100,0	19,9	3 641 691	100,0
Explorações especializadas	181 901	70,2	4 531 055	88,1	24,9	2 897 497	79,6
Culturas arvenses	25 019	9,7	643 761	12,5	25,7	513 902	14,1
Das quais: Horticultura extensiva	1 620	0,6	200 122	3,9	123,5	42 335	1,2
Horticultura intensiva e floricultura	8 467	3,3	408 355	7,9	48,2	23 626	0,6
Das quais: Em estufa/abrigo alto	1 695	0,7	173 473	3,4	102,4	4 301	0,1
Culturas permanentes	97 935	37,8	1 085 442	21,1	11,1	681 874	18,7
Das quais: Vinha	28 826	11,1	275 095	5,3	9,5	153 674	4,2
Frutos frescos, casca rija e citrinos	27 382	10,6	638 548	12,4	23,3	240 168	6,6
Olival	22 131	8,5	70 062	1,4	3,2	155 631	4,3
Herbívoros	45 588	17,6	1 766 853	34,3	38,8	1 654 255	45,4
Dos quais: Bovinos de leite	6 594	2,5	899 466	17,5	136,4	164 086	4,5
Bovinos de carne	17 661	6,8	547 871	10,7	31,0	918 732	25,2
Bovinos de leite e carne	738	0,3	33 613	0,7	45,5	19 497	0,5
Ovinos, caprinos e div. herbívoros	20 596	8,0	285 902	5,6	13,9	551 941	15,2
Granívoros	4 892	1,9	626 643	12,2	128,1	23 840	0,7
Dos quais: Suínos	1 507	0,6	290 667	5,7	192,9	17 598	0,5
Aves	1 492	0,6	330 220	6,4	221,3	4 048	0,1
Explorações mistas ou combinadas:	75 854	29,3	613 158	11,9	8,1	719 420	19,8
Policultura	27 100	10,5	230 083	4,5	8,5	194 100	5,3
Polipecuária	10 974	4,2	78 285	1,5	7,1	77 992	2,1
Mistas de culturas e criação de gado	37 780	14,6	304 790	5,9	8,1	447 329	12,3
Explorações não classificadas	1 228	0,5	0	0,0	0,0	24 774	0,7

A análise das explorações segundo a Orientação Técnico Económica (OTE) aponta para uma especialização da agricultura portuguesa, dado que 70,2% das explorações são especializadas (mais de 2/3 do VPPT provém de apenas uma atividade), contribuindo as explorações com orientações indiferenciadas ou combinadas com somente 11,9% do VPPT nacional.

Explorações especializadas em pecuária geram VPPT mais elevados

Figura 2 >> DE média das explorações, por OTE (2016)



As explorações pecuárias apresentam as DE mais elevadas, com os aviários a gerarem, em média, 221,3 mil euros, as suiniculturas industriais 192,9 mil euros e as explorações leiteiras 136,4 mil euros. O setor da horticultura também é formado por unidades produtivas de elevada DE. Por oposição, e apesar de incluírem unidades produtivas de grande dimensão, a olivicultura e a viticultura registam baixas DE por exploração.

Apesar da dinâmica do setor olivícola, continuam a predominar as pequenas explorações

<< **orientação técnico-rconómica (OTE) de uma exploração:** determina-se, avaliando a contribuição de cada atividade para a soma do VPPT dessa exploração, podendo distinguir-se duas fases:

1ª Fase: Calcula-se o VPPT pela valorização das superfícies das culturas agrícolas e dos efetivos animais da exploração, a partir das VPP estabelecidas regionalmente para as diferentes produções vegetais e animais.

2ª Fase: Afeta-se a exploração a uma classe de OTE, em função do peso relativo do contributo, em valor, de cada produção vegetal ou animal para o VPPT.

>> Superfície das explorações: explorações agrícolas gerem metade do território nacional

[Matos e povoamentos florestais sem aproveitamento agrícola representam 18% da superfície total das explorações agrícolas]

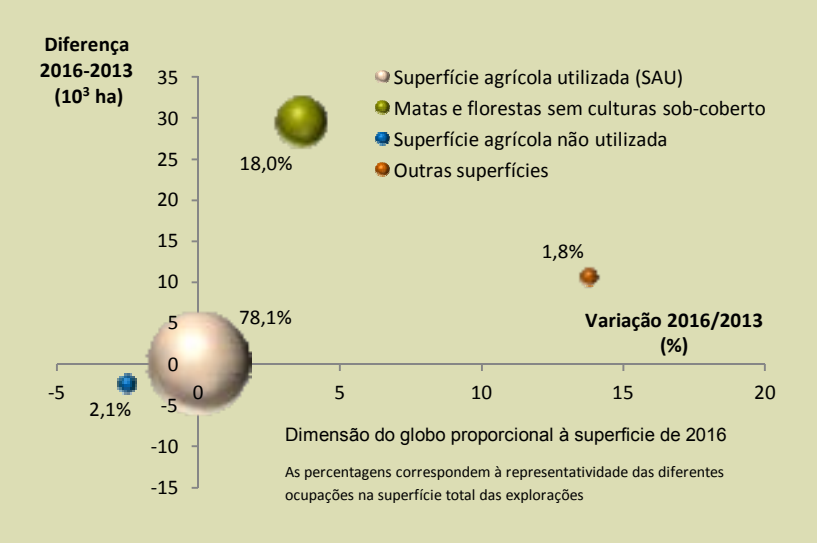
As explorações agrícolas ocupam uma superfície de 4,6 milhões de hectares o que corresponde a cerca de metade do território nacional. A SAU representa 78,1% da superfície total das explorações agrícolas, seguida dos matos e povoamentos florestais sem aproveitamento agrícola (18,0%). A Superfície Agrícola Não Utilizada (SANU) das explorações (área com potencial agrícola mas que não está a ser utilizada) ocupa 2,1% da superfície das explorações.

Quadro 7 >> Composição da superfície total das explorações, por NUTSII (2016)

Unidade: (ha)

NUTS II	SAU	Matos e florestas sem culturas sob coberto	SANU	Outras superfícies	Superfície total
Portugal	3 641 691	837 067	98 452	85 962	4 663 173
Continente	3 513 006	822 722	96 491	83 671	4 515 890
Norte	653 134	281 922	18 219	17 092	970 367
Centro	585 904	247 608	35 334	14 813	883 659
AM Lisboa	77 636	15 094	1 550	2 706	96 985
Alentejo	2 100 762	229 734	16 826	46 902	2 394 224
Algarve	95 570	48 364	24 563	2 158	170 655
Açores	123 793	12 870	1 213	1 924	139 799
Madeira	4 893	1 476	748	367	7 484

Figura 3 >> Composição da superfície total das explorações (evolução 2013-2016)



As explorações agrícolas ocupam aproximadamente a mesma superfície do que em 2013 (+0,8%), tendo-se verificado um aumento das matas e povoamentos florestais sem aproveitamento agrícola e uma ligeira diminuição das áreas com potencial que não estão aproveitadas para uso agrícola.

<< **superfície total da exploração:** soma da superfície agrícola utilizada, da superfície das matas e florestas sem culturas sob coberto, da superfície agrícola não utilizada e das outras superfícies da exploração.
<< **superfície agrícola utilizada (SAU):** constituída pelas terras aráveis (limpa e sob coberto de matas e florestas), culturas permanentes, pastagens permanentes e horta familiar.
<< **superfície agrícola não utilizada (SANU):** superfície da exploração anteriormente utilizada como superfície agrícola, mas que já o não é por razões económicas, sociais ou outras. Não entra em rotações culturais. Pode voltar a ser utilizada com auxílio dos meios geralmente disponíveis na exploração.
<< **outras superfícies da exploração:** áreas ocupadas por edifícios, eiras, pátios, caminhos, barragens, albufeiras e ainda jardins, matas e florestas orientadas exclusivamente para fins de proteção do ambiente ou de recreio.

Dos 3,6 milhões de hectares de SAU, mais de metade são pastagens permanentes (51,5%), seguindo-se as terras aráveis (28,6%) e as culturas permanentes (19,4%).

Quadro 8 >> Composição da SAU, por NUTSII (2016)

Unidade: (ha)

NUTS II	Terras aráveis			Horta familiar	Culturas permanentes		Pastagens permanentes[1]	SAU
	Culturas temporárias	Pousio	Total		Total exceto pinheiro	Total		
Portugal	791 538	251 759	1 043 298	16 331	639 952	705 120	1 876 943	3 641 691
Continente	767 442	251 744	1 019 186	15 690	635 186	700 353	1 777 776	3 513 006
Norte	133 624	38 680	172 305	7 025	218 719 Rc	218 773	255 032	653 134
Centro	154 324	34 126	188 450	6 387	146 045 Rc	148 470	242 597	585 904
Lisboa	29 477	4 054	33 532	137	10 335 Rc	14 715	29 252	77 636
Alentejo	438 691	159 860	598 551	1 561	220 096 Rc	270 548	1 230 103	2 100 762
Algarve	11 326	15 023	26 349	581	39 991 Rc	47 847	20 792	95 570
Açores	22 223	0	22 223	526	2 400	2 400	98 643	123 793
Madeira	1 873	15	1 888	114	2 367	2 367	524	4 893

[1] Exclui pastagens sobcoberto de culturas permanentes

* Quadro atualizado em abril de 2018

<< **terras aráveis:** Terras frequentemente mobilizadas e que se destinam a culturas temporárias de sementeira anual ou ressemeadas com intervalos que não excedam os 5 anos. Incluem-se os pousios, as terras retiradas da produção e mantidas em boas condições agrícolas e ambientais e as estufas.

<< **pousio:** áreas incluídas no afolhamento ou rotação, trabalhadas ou não, sem fornecer colheita durante o ano agrícola, tendo em vista o melhoramento das superfícies.

<< **culturas permanentes:** ocupam o solo durante um longo período e fornecem repetidas colheitas (excluem-se as pastagens permanentes).

<< **pastagens permanentes:** superfícies semeadas ou espontâneas, em geral herbáceas, destinadas a serem comidas pelo gado no local em que vegetam, mas que acessoriamente podem ser cortadas em determinados períodos do ano. Não estão incluídas numa rotação e ocupam o solo por um período superior a 5 anos.

<< **horta familiar:** é a superfície (geralmente inferior a 20 ares) reservada pelo produtor para a cultura de produtos hortícolas ou frutos destinados a autoconsumo.

Figura 4 >> Composição da SAU (evolução 2013-2016)

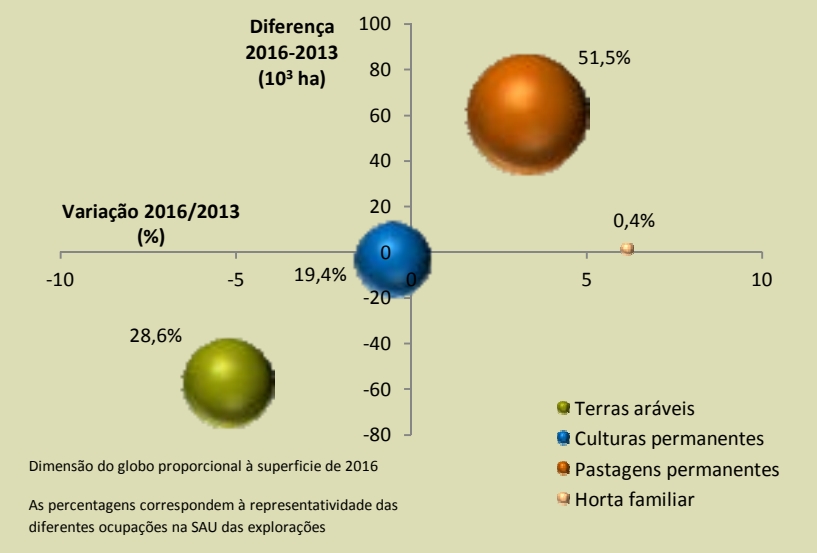
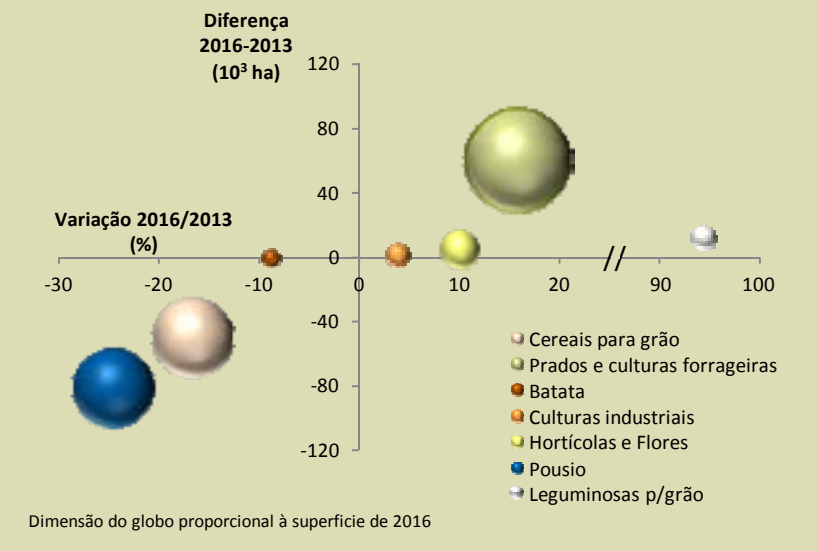


Figura 5 >> Composição das terras aráveis (evolução 2013-2016)



A ocupação cultural não se alterou significativamente desde 2013, verificando-se um decréscimo das terras aráveis (-5,2%, devido à diminuição do pousio) e a manutenção das culturas permanentes (-0,5%). Em contrapartida as pastagens permanentes em terra limpa e sob coberto de montado aumentaram 3,3%. Esta evolução reforça a tendência de diminuição das terras aráveis (que desde 2009 perderam 130 mil hectares) e de aumento das pastagens permanentes (+92 mil hectares, face a 2009).

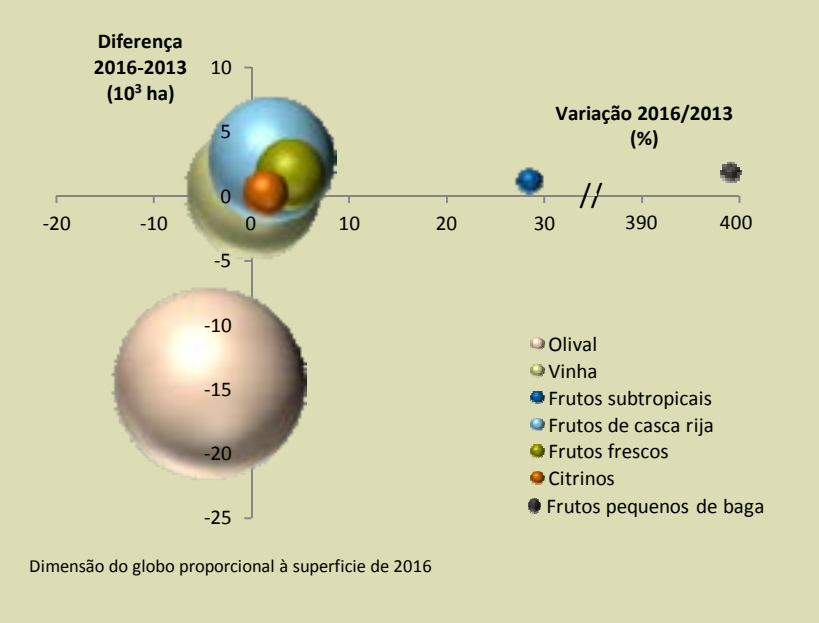
O decréscimo das terras aráveis ficou a dever-se à redução do pousio (-24,4%), uma vez que as culturas temporárias registaram um aumento da superfície (+3,1%), sobretudo em consequência do acréscimo de área com prados temporários e culturas forrageiras.

Decréscimo das terras aráveis deveu-se principalmente à diminuição do pousio

O aumento significativo da superfície de leguminosas para grão (+94,3%) ficou a dever-se à diversificação das culturas, prática cultural elegível no âmbito da componente *greening*, complementar ao pagamento base.

O aumento da superfície de hortícolas resulta da dinâmica que o setor tem imprimido nos últimos anos. Por oposição, a superfície de cereais para grão, devido à volatilidade dos mercados e à baixa competitividade, continua a evidenciar a tendência de decréscimo observada nas últimas décadas.

Figura 6 >> Composição das culturas permanentes (evolução 2013-2016)



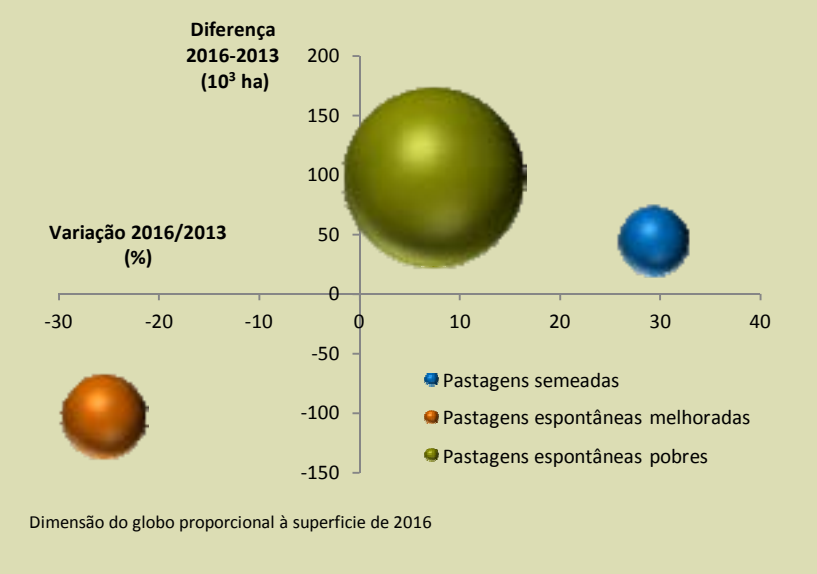
Apesar dos investimentos efetuados no setor da olivicultura (foram instalados 8,7 mil hectares de olival intensivo desde 2013), observou-se um decréscimo na superfície de olival (-4,3%), resultado do abandono de cerca de 15 mil hectares de olival tradicional (menos de 100 árvores por hectare).

Na vinha, provavelmente em virtude do novo regime de autorizações para plantação de vinha em vigor desde 1 janeiro de 2016, verificou-se um ligeiro aumento de 0,5 mil hectares, que corresponde a um acréscimo de 0,3% da área vitícola.

Nas fruteiras assistiu-se a um aumento generalizado das superfícies, com especial destaque para o notável crescimento da produção de frutos pequenos de baga, cuja área praticamente quintuplicou em 3 anos (+392,3%). A superfície de frutos subtropicais também registou um significativo crescimento (+28,5%), em particular a cultura do kiwi. Para esta evolução terá contribuído o incentivo dado pelo ProDeR e o PDR 2020 à fruticultura, sendo um dos setores com maior relevância nas medidas de apoio ao investimento.

[Significativo aumento da superfície de frutos pequenos de baga e também de kiwi]

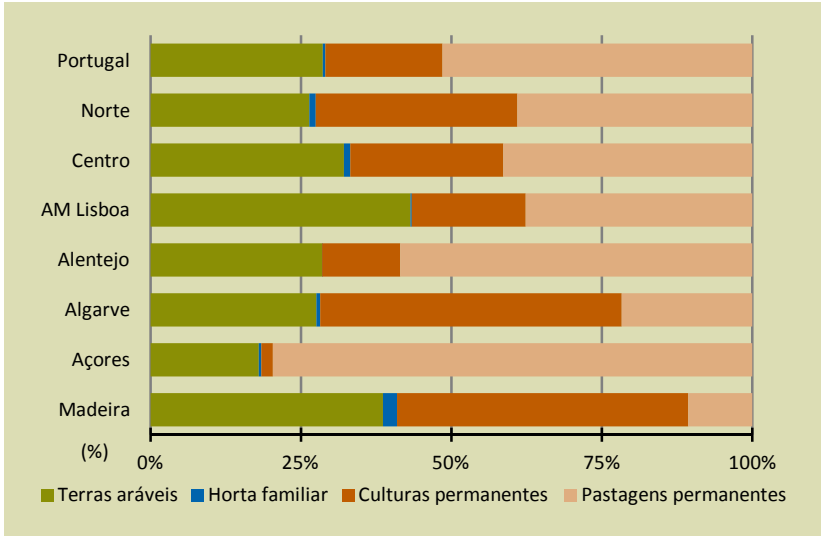
Figura 7 >> Composição das pastagens permanentes (evolução 2013-2016)



As pastagens permanentes registaram um aumento da superfície devido ao crescimento das pastagens pobres (+7,5%) e das pastagens semeadas (+29,4%), tendo-se observado um decréscimo das intervenções técnicas de melhoramento nas pastagens (adubações, regas, drenagens, ressementeiras).

A composição regional da SAU reflete de forma muito sintética as especificidades da agricultura nacional, com as terras aráveis, as culturas permanentes e as pastagens permanentes a apresentarem, no Norte e também no Centro, uma distribuição equitativa, enquanto no Algarve e na Região Autónoma da Madeira predominam as culturas permanentes. Na Região Autónoma dos Açores as pastagens permanentes assumem praticamente a expressão de monocultura, constituindo no Alentejo também a maior parte da SAU.

Figura 8 >> Composição da SAU (2016)



>> Regadio: o Valor da Produção Padrão por hectare de regadio ultrapassou os 5 mil euros, valor 6 vezes superior ao alcançado em regime de sequeiro

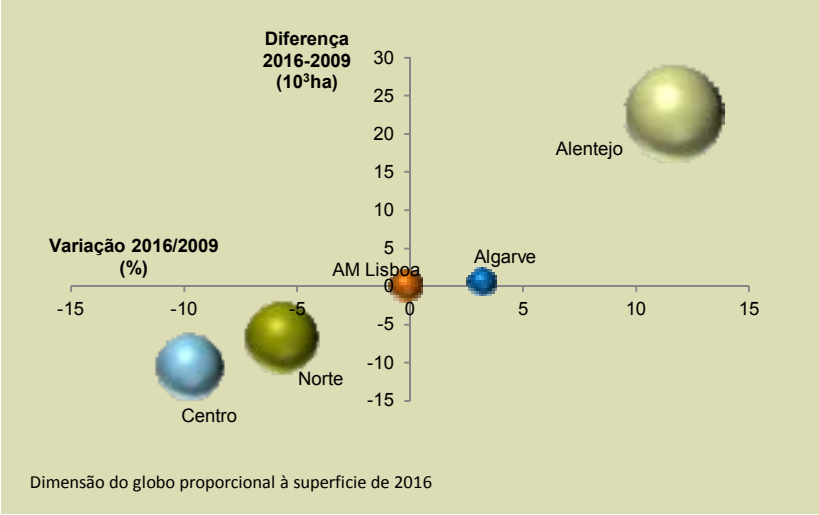
As 126,5 mil explorações que regaram em 2016 representam 48,9% do total, correspondendo os 474 mil hectares regados a 13,0% da SAU e a 86,5% da superfície irrigável.

Quadro 9 >> Superfície irrigável, superfície regada e VPPT por tipo de exploração e NUTSII (2016)

Classificação das explorações em função da área regada no ano agrícola 2015/2016	Rega no ano agrícola 2015/2016						Superfície irrigável		VPPT	
	Explorações		Superfície regada		SAU					
	(n.º)	(%)	(ha)	(% na superfície irrigável)	(ha)	(%)	(ha)	(% na SAU)	(10^3 euros)	(%)
Total	258 983	100	474 061	86,5	3 641 691	100	547 838	15,0	5 144 213	100
Exclusivamente sequeiro	131 220	50,7	0	0	2 162 973	59,4	26 164	1,2	1 793 304	34,9
Predominantemente sequeiro	42 481	16,4	66 365	72,8	871 288	23,9	91 165	10,5	740 825	14,4
Principalmente sequeiro	24 882	9,6	75 736	85,4	210 388	5,8	88 639	42,1	456 575	8,9
Principalmente regadio	18 912	7,3	78 302	91,9	126 317	3,5	85 243	67,5	455 716	8,9
Predominantemente regadio	40 241	15,5	253 657	98,8	270 725	7,4	256 628	94,8	1 404 390	27,3
Sem SAU	1 247	0,5	-	-	-	-	-	-	293 404	5,7
NUTS II										
Norte	95 879	37,0	115 078	85,3	653 134	17,9	134 891	20,7	1 122 815	21,8
Centro	87 044	33,6	98 743	77,8	585 904	16,1	126 979	21,7	1 217 146	23,7
AM Lisboa	5 458	2,1	23 016	89,3	77 636	2,1	25 778	33,2	288 640	5,6
Alentejo	35 666	13,8	216 781	90,7	2 100 762	57,7	238 941	11,4	1 719 736	33,4
Algarve	11 728	4,5	16 690	97,3	95 570	2,6	17 158	18,0	236 037	4,6
Açores	11 580	4,5	334	-	123 793	3,4	-	-	474 606	9,2
Madeira	11 628	4,5	3 418	83,5	4 893	0,1	4 092	83,6	85 233	1,7

A classificação das explorações em função da proporção da SAU regada aponta para o predomínio do sequeiro, uma vez que em 2016 as explorações exclusivamente de sequeiro representavam 50,7%, exploraram 59,4% da SAU e geraram 34,9% do VPPT, sendo a maior parte dos seus proveitos provenientes da produção pecuária. No entanto, as explorações que regaram a maior parte da SAU, embora representem menos de ¼ do total de explorações e 10,9% da SAU, geraram 36,2% do VPPT nacional.

Figura 9 >> Superfície regada por NUTS II (evolução 2009-2016)



Nos últimos 7 anos, Alqueva promove aumento de 22,7 mil hectares de regadio no Alentejo

O VPPT por hectare de SAU nas explorações predominantemente de regadio atingiu os 5,2 mil euros em 2016, valor 4 vezes superior à média nacional e 6 vezes maior do que o alcançado pelas explorações exclusivamente de sequeiro.

Desde 2009, e sobretudo devido à infraestrutura do Alqueva, o regadio no Alentejo aumentou 22,7 mil hectares.

<< **superfície irrigável:** superfície máxima da exploração que no decurso do ano agrícola, poderia, se necessário, ser irrigada por meio de instalações técnicas próprias da exploração e por uma quantidade de água normalmente disponível.
<< **superfície regada**: superfície agrícola da exploração ocupada por culturas temporárias principais, culturas permanentes e prados e pastagens permanentes (exclui a horta familiar e as estufas) que foram regadas pelo menos uma vez no ano agrícola.
<< **explorações agrícolas em sistemas de agricultura exclusivamente de sequeiro:** explorações agrícolas que não apresentam áreas de regadio.
<< **explorações agrícolas baseadas em sistemas de agricultura predominantemente de sequeiro:** explorações cujas áreas de regadio representam menos de 25% da respetiva SAU.
<< **explorações agrícolas baseadas em sistemas de agricultura principalmente de sequeiro:** explorações cujas áreas de regadio representam entre 25% a menos de 50% da respetiva SAU.
<< **explorações agrícolas baseadas em sistemas de agricultura principalmente de regadio:** explorações cujas áreas de regadio representam entre 50% a menos de 75% da respetiva SAU.
<< **explorações agrícolas baseadas em sistemas de agricultura predominantemente de regadio:** explorações cujas áreas de regadio são superiores a 75% da respetiva SAU.

>> Efetivos animais: redução do número de explorações e aumento da dimensão média do efetivo por exploração

Quadro 10 >> Efetivos animais por NUTS II (2016)

NUTSII	Bovinos					Suínos				
	Explorações		Cabeças		Dimensão média do efetivo	Explorações		Cabeças		Dimensão média do efetivo
	(n.º)	(%)	(10^3 n.º)	(%)	(n.º cab./expl.)	(n.º)	(%)	(10^3 n.º)	(%)	(n.º cab./expl.)
Portugal	43 384	100	1 567	100	36,1	39 672	100	1 875	100	47,3
Continente	35 251	81	1 301	83	36,9	35 695	90	1 841	98	51,6
Norte	20 487	47,2	365	23,3	17,8	12 154	30,6	65	3,4	5,3
Centro	9 689	22,3	181	11,6	18,7	19 696	49,6	697	37,2	35,4
AM Lisboa	444	1,0	57	3,6	127,2	224	0,6	131	7,0	586,1
Alentejo	4 374	10,1	690	44,0	157,7	2 499	6,3	933	49,8	373,2
Algarve	257	0,6	8	0,5	29,8	1 121	2,8	15	0,8	13,6
Açores	7 466	17,2	263	16,8	35,2	2 274	5,7	31	1,7	13,7
Madeira	666	1,5	3	0,2	4,4	1 703	4,3	3	0,2	1,8

NUTSII	Ovinos					Caprinos				
	Explorações		Cabeças		Dimensão média do efetivo	Explorações		Cabeças		Dimensão média do efetivo
	(n.º)	(%)	(10^3 n.º)	(%)	(n.º cab./expl.)	(n.º)	(%)	(10^3 n.º)	(%)	(n.º cab./expl.)
Portugal	45 778	100	2 200	100	48,1	26 635	100	390	100	14,7
Continente	44 266	97	2 190	100	49,5	23 312	88	378	97	16,2
Norte	15 465	33,8	434	19,7	28,1	5 138	19,3	116	29,8	22,6
Centro	18 258	39,9	510	23,2	27,9	15 008	56,3	145	37,1	9,7
AM Lisboa	1 128	2,5	38	1,7	33,6	212	0,8	5	1,4	25,2
Alentejo	8 623	18,8	1 162	52,8	134,8	2 325	8,7	97	24,9	41,8
Algarve	791	1,7	46	2,1	57,8	628	2,4	15	3,8	23,5
Açores	589	1,3	5	0,2	8,1	1 202	4,5	5	1,3	4,2
Madeira	923	2,0	5	0,2	5,3	2 121	8,0	7	1,8	3,3

A estrutura produtiva dos efetivos pecuários não registou alterações significativas, com os ovinos a representarem 36,5% do efetivo total (2 200 mil cabeças), seguindo-se os suínos (1 875 mil cabeças), bovinos (1 567 mil cabeças) e caprinos (390 mil cabeças).

Os bovinos foram a única espécie que registou um aumento de efetivo face a 2009 (+9,5%), observando-se decréscimos no número de cabeças de caprinos (-7,2%), suínos (-2,0%) e ovinos (-0,9%).

O número de explorações agrícolas com efetivos pecuários decresceu de forma acentuada em todas as espécies, nomeadamente -20,8% nos suínos, -18,1% nos caprinos, -13,3% nos bovinos e -11,6% nos ovinos, reflexo sobretudo do desaparecimento de pequenas unidades produtivas.

Figura 10 >> Número de explorações e efetivos por espécie (variação 2009-2016)

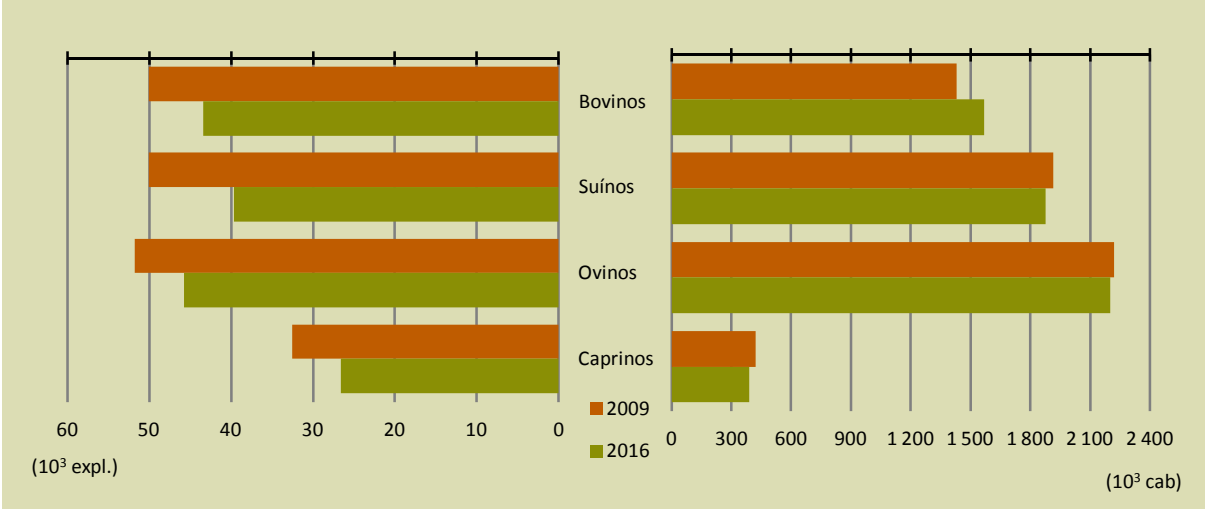
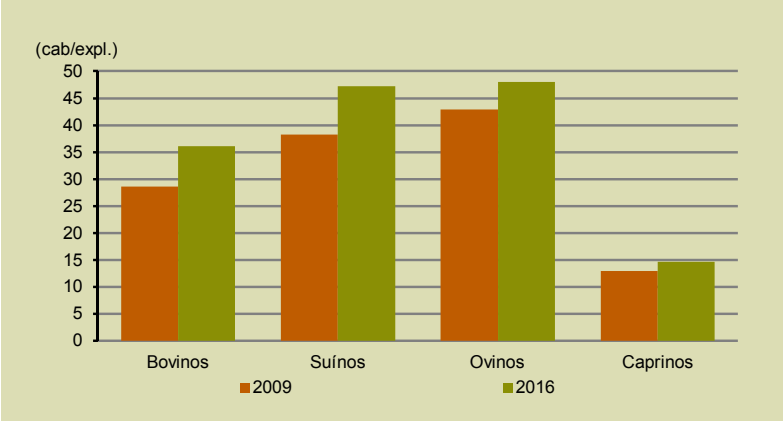


Figura 11 >> Dimensão média dos efetivos, por espécie (2009-2016)

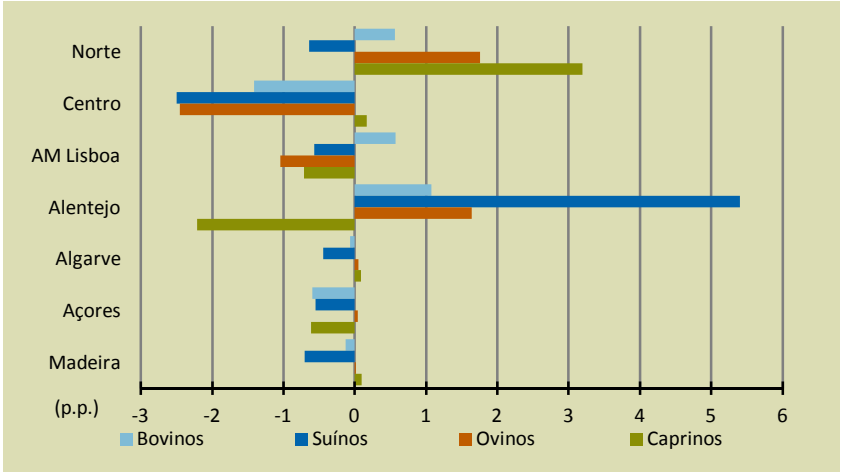


Esta evolução resultou no aumento da dimensão média dos efetivos por exploração. O número médio de bovinos por exploração passou de 28,6 cabeças em 2009 para 36,1 cabeças em 2016 (em média +7,5 cabeças por exploração). As explorações com suínos apresentaram em média 47,3 cabeças (+ 9,1 cabeças), com ovinos 48,1 cabeças (+5,2 cabeças) e com caprinos 14,7 cabeças (+1,7 cabeças).

Regionalmente o Alentejo é a principal região pecuária do país, concentrando mais de metade dos ovinos, 49,8% dos suínos e 44,0% dos bovinos. O efetivo caprino predomina no Centro, onde se produziu 37,1% do efetivo nacional.

Entre 2009 e 2016 observou-se o aumento do peso da produção de suínos no Alentejo em 5,4 p.p. (passou de 44,3% em 2009 para 49,8% em 2016), principalmente em detrimento do Centro, que perdeu 2,5 p.p. da importância a nível nacional. Relevante também foi o aumento do peso dos caprinos no Norte (+3,2 p.p.), sobretudo à custa do Alentejo.

Figura 12 >> Estrutura dos efetivos, por NUTSII (variação 2009-2016)



>> População agrícola familiar: decresceu, passando a representar 6,1% da população residente

Quadro 11 >> População residente, população agrícola familiar e mão de obra familiar, por NUTSII (variação 2009-2016)

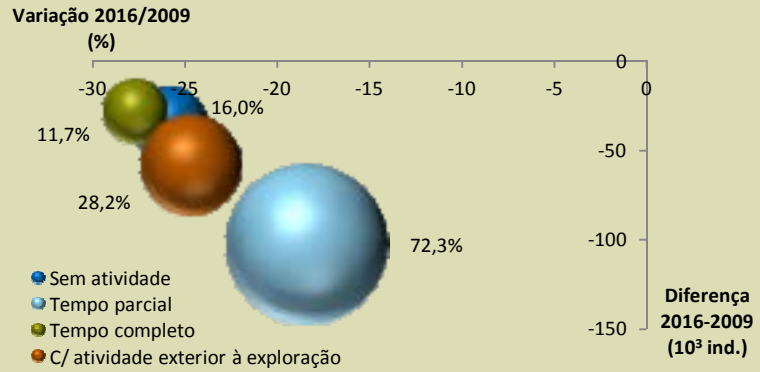
NUTS II	Estimativas da população residente (4º trimestre de 2016)		População agrícola familiar					
	(10^3 n.º)	(%)	(n.º)	(%)	Variação (2009-2016)	Variação (2009-2013)	Variação (2013-2016)	Na população residente
					(%)			
Portugal	10 294	100,0	627 825	100,0	-20,8	-15,0	-6,9	6,1
Continente	9 796	95,2	564 670	89,9	-20,5	-14,8	-6,7	5,8
Norte	3 577	34,8	242 479	38,6	-19,7	-12,9	-7,8	6,8
Centro	2 244	21,8	213 519	34,0	-20,3	-16,9	-4,2	9,5
AM Lisboa	2 818	27,4	11 753	1,9	-34,4	-17,0	-21,0	0,4
Alentejo	715	6,9	71 583	11,4	-22,8	-14,0	-10,2	10,0
Algarve	442	4,3	25 336	4,0	-13,3	-16,3	3,6	5,7
Açores	245	2,4	28 094	4,5	-33,9	-18,4	-19,0	11,5
Madeira	254	2,5	35 061	5,6	-14,0	-14,2	0,2	13,8

NUTS II	População agrícola familiar sem atividade	Mão-de-obra agrícola familiar						
		Tempo parcial	Tempo completo	Variação (2009-2016)	Variação (2009-2013)	Variação (2013-2016)	Com atividade exterior	
	(n.º)			(%)	(%)	(%)	(n.º)	Na população agrícola (%)
Portugal	100 355	454 049	73 422	-19,8	-14,0	-6,8	177 017	28,2
Continente	85 125	412 193	67 352	-20,4	-14,0	-7,5	156 677	27,7
Norte	37 992	169 466	35 021	-19,8	-11,4	-9,5	62 568	25,8
Centro	23 937	170 215	19 368	-18,6	-15,4	-3,8	61 828	29,0
AM Lisboa	2 946	6 555	2 252	-41,5	-23,4	-23,5	3 225	27,4
Alentejo	16 903	46 186	8 493	-26,4	-16,0	-12,4	21 103	29,5
Algarve	3 347	19 771	2 218	-12,6	-15,6	3,7	7 952	31,4
Açores	9 306	14 530	4 258	-27,0	-14,7	-14,4	7 500	26,7
Madeira	5 924	27 325	1 812	-1,9	-13,6	13,6	12 840	36,6

Em 2016 a população agrícola familiar era constituída por 627,8 mil indivíduos, o que representa 6,1% da população residente em Portugal, verificando-se desde 2009 um decréscimo de 20,8% na população agrícola familiar.

A população agrícola familiar tem maior expressão nas Regiões Autónomas e no Alentejo, ao passo que na Área Metropolitana de Lisboa apenas representa 0,4% da população residente.

Figura 13 >> População e mão de obra familiar (evolução 2009-2016)



Dimensão do globo proporcional ao número de indivíduos (2016)

As percentagens correspondem à representatividade face à população agrícola total

28,2% dos indivíduos da população agrícola familiar têm outra atividade remunerada exterior à exploração

Os 527,5 mil indivíduos da população agrícola familiar que trabalharam na atividade agrícola das explorações em 2016 (-19,8% do que 2009) representam 84,0% do total, sendo que apenas 13,9% trabalharam a tempo completo. Uma parte significativa da população agrícola familiar (28,2%) exerceu atividades não relacionadas com a exploração agrícola (como trabalhadores por conta de outrem ou como empresários).

<< **população residente:** pessoas que, independentemente de no momento de observação estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

<< **população agrícola familiar:** conjunto de pessoas que fazem parte do agregado doméstico do produtor (singular) quer trabalhem ou não na exploração, bem como de outros membros da família que, não pertencendo ao agregado doméstico, participam regularmente nos trabalhos agrícolas da exploração.

>> Produtores agrícolas singulares: mais velhos e ainda pouco qualificados

Cerca de 2/3 dos produtores agrícolas singulares são homens

Os produtores agrícolas singulares são maioritariamente homens (66,2%) e têm em média 65 anos, sendo que 54,6% têm 65 ou mais anos. A grande maioria dos produtores agrícolas apenas concluiu o ensino básico (71,4%) e somente 5,8% são titulares de habilitações ao nível do ensino superior.

Quadro 12 >> Produtor agrícola singular, segundo o género, classes etárias, por nível de instrução (2016)

Características do produtor singular	Total		Classes etárias								
			< 40 anos			40 a < 65 anos			≥ 65 anos		
	(n.º Ind.)	(%)	(n.º Ind.)	(%)	No total (%)	(n.º Ind.)	(%)	No total (%)	(n.º Ind.)	(%)	No total (%)
Total	246 149	100,0	9 143	100,0	3,7	102 496	100,0	41,6	134 510	100,0	54,6
Homens	162 850	66,2	6 844	74,9	4,2	66 193	64,6	40,6	89 814	66,8	55,2
Mulheres	83 299	33,8	2 299	25,1	2,8	36 303	35,4	43,6	44 696	33,2	53,7
Nível de instrução											
Nenhum	40 090	16,3	0	0,0	0,0	4 017	3,9	10,0	36 073	26,8	90,0
Básico	175 848	71,4	4 600	50,3	2,6	81 024	79,1	46,1	90 223	67,1	51,3
Secundário/Pós-secundário	15 939	6,5	2 902	31,7	18,2	9 653	9,4	60,6	3 383	2,5	21,2
Superior	14 273	5,8	1 641	17,9	11,5	7 801	7,6	54,7	4 830	3,6	33,8
Formação agrícola											
Exclusivamente prática	134 062	54,5	3 296	36,1	2,5	49 245	48,0	36,7	81 520	60,6	60,8
F.P. em atividades agrícolas	108 949	44,3	5 152	56,3	4,7	51 350	50,1	47,1	52 448	39,0	48,1
Completa	3 138	1,3	695	7,6	22,1	1 901	1,9	60,6	542	0,4	17,3
Tempo de atividade											
Tempo completo	47 295	19,2	2 026	22,2	4,3	22 787	22,2	48,2	22 481	16,7	47,5
Tempo parcial	198 855	80,8	7 117	77,8	3,6	79 709	77,8	40,1	112 029	83,3	56,3
Outras atividade lucrativas											
Não relacionadas c/ a exploração	58 092	23,6	5 684	62,2	9,8	46 227	45,1	79,6	6 180	4,6	10,6

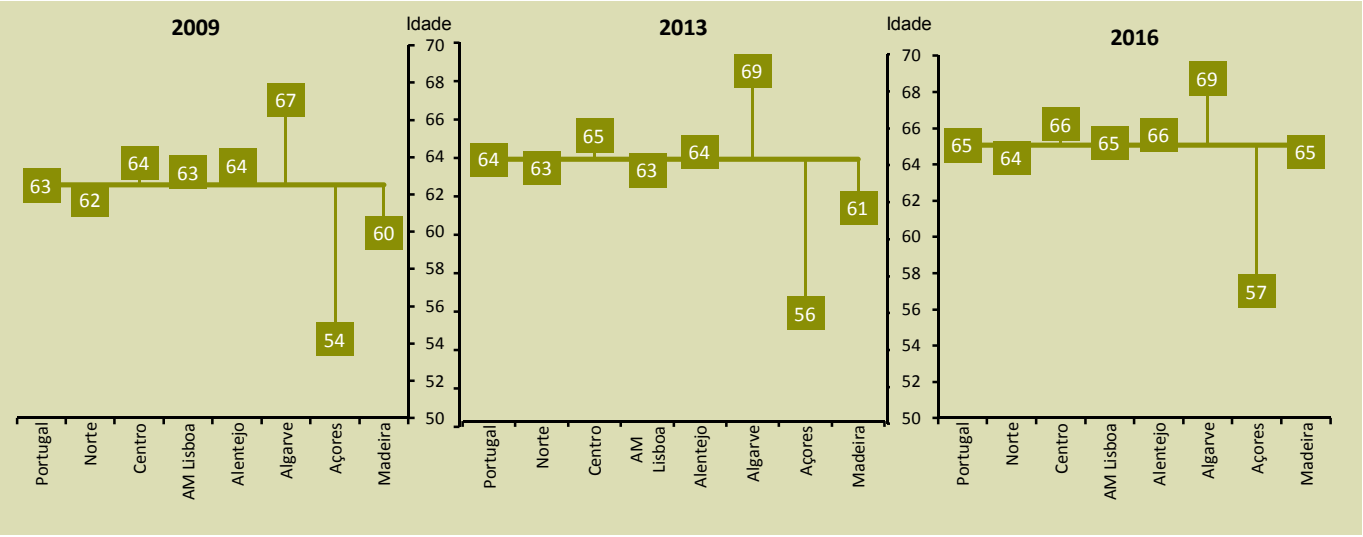
Em 2016, a maioria dos produtores declarou não ter formação profissional agrícola (54,5%), desenvolvendo a sua atividade unicamente com a sua experiência (formação exclusivamente prática). A frequência de cursos de formação profissional relacionados com a atividade agrícola aumentou significativamente (30,3 p.p face a 2013). Para esta situação contribuiu a obrigatoriedade de frequência de curso de aplicador de produtos fitofarmacêuticos para a obtenção do certificado de uso e aplicação profissional. Apenas 1,3% possuíam formação superior na área das ciências agroflorestais.

Menos de 1/5 dos produtores trabalha a tempo completo na sua exploração

Os produtores agrícolas trabalharam em média 17,8 horas por semana em 2016, sendo que menos de 1/5 trabalhou a tempo completo na exploração (225 dias ou 1 800 horas/ano ou 40 horas/semana). Praticamente ¼ dos produtores agrícolas singulares (23,6%) declarou ter outra atividade lucrativa exterior à exploração, situação com maior expressão nos produtores mais jovens (62,2% dos produtores com menos de 40 anos têm atividades complementares à exploração agrícola), enquanto nos mais velhos é praticamente residual o exercício de outras atividades (4,6%).

Entre 2009 e 2016 assistiu-se a um aumento da média de idades do produtor, que passou dos 63 em 2009 para os 65 anos em 2016. Regionalmente, os produtores algarvios destacam-se como os mais velhos (com uma média de idades de 69 anos) e os açorianos como os mais novos (57 anos).

Figura 14 >> Idade média do produtor agrícola (2009-2016)



<< **produtor agrícola:** responsável jurídico e económico da exploração, isto é, a pessoa física ou legal por conta e em nome da qual a exploração produz, retira os benefícios e suporta as perdas eventuais, tomando as decisões de fundo relativas ao sistema de produção, investimentos, empréstimos, etc.

<< **produtor singular:** produtor agrícola enquanto pessoa física, englobando o produtor autónomo e o produtor empresário. Excluem-se as entidades coletivas tais como: sociedades, cooperativas, Estado, etc.

<< **ensino básico:** nível de ensino que se inicia cerca da idade de seis anos, com a duração de nove anos, cujo programa visa assegurar uma preparação geral comum a todos os indivíduos, permitindo o prosseguimento posterior de estudos ou a inserção na vida ativa. Compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1º de quatro anos, o 2º de dois anos e o 3º de três anos. É universal, obrigatório e gratuito.

<< **ensino secundário:** nível de ensino que corresponde a um ciclo de três anos (10º, 11º e 12º anos de escolaridade), que se segue ao ensino básico e que visa aprofundar a formação do aluno para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mundo do trabalho. Está organizado em cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos e cursos predominantemente orientados para a vida ativa.

<< **ensino superior:** nível de ensino que compreende os ensinos universitário e politécnico, aos quais têm acesso indivíduos habilitados com um curso secundário ou equivalente e indivíduos maiores de 23 anos que, não possuindo a referida habilitação, revelem qualificação para a sua frequência através de prestação de provas.

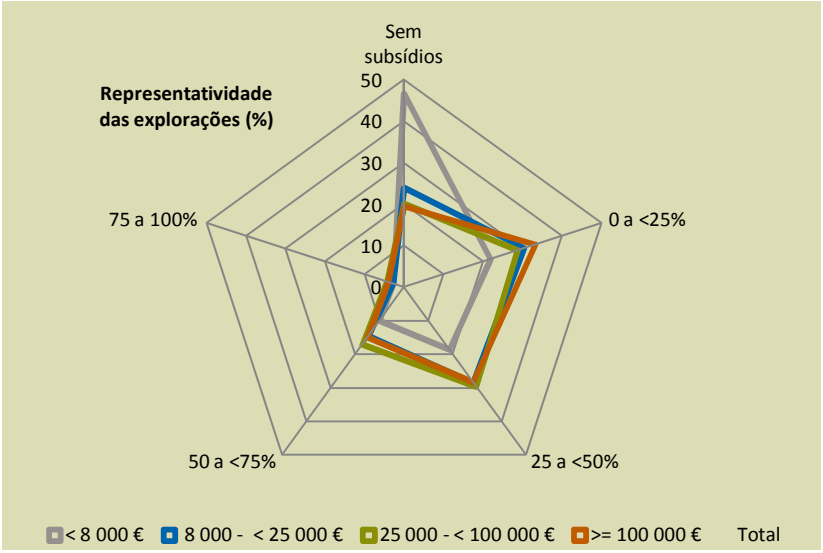
>> Ajudas e subsídios: mais de 40% dos produtores agrícolas não receberam subsídios

De acordo com as declarações dos produtores, cerca de 105 mil (40,3%) não eram elegíveis em 2015/2016 ao pagamento de subsídios do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP), a grande maioria dos quais pequenos agricultores (85,5% com DE igual ou inferior a 8 000 euros).

46,8% das explorações muito pequenas não receberam qualquer subsídio

No entanto, para os mais de 154 mil produtores que declaram ser beneficiários da Política Agrícola Comum PAC (Ajudas directas e/ou Medidas de desenvolvimeno rural), os subsídios assumem, independentemente da DE, uma importância elevada no rendimento da exploração (1/3 declaram que os subsídios representam entre 25% a 75% do rendimento da exploração). De referir que para 2,9% dos produtores, abrangendo todo o espectro de DE, as ajudas e subsídios pagas pelo IFAP assumem uma importância no rendimento da exploração superior a 75%.

Figura 15 >> Importância dos subsídios no rendimento das explorações, por classes de Dimensão Económica (DE) (2016)



2,9% dos produtores declararam que os subsídios têm um peso superior a 3/4 no rendimento da exploração

>> Rendimento do agregado doméstico do produtor agrícola: poucos vivem exclusivamente da agricultura

Os produtores singulares que declararam que o rendimento do agregado doméstico proveio exclusivamente da atividade da exploração agrícola representam apenas 6,1%. Em contrapartida, em 81,1% dos agregados domésticos do produtor o rendimento resultou maioritariamente de origens exteriores à exploração.

Quadro 13 >> Origem do rendimento do agregado doméstico do produtor, por Dimensão Económica (DE) (2016)

Classes de DE	Rendimento exclusivamente da atividade da exploração		Rendimento principalmente da atividade da exploração		Rendimento principalmente de origem exterior à exploração	
	(n.º expl.)	(%)	(n.º expl.)	(%)	(n.º expl.)	(%)
Total	15 122	6,1	31 463	12,8	199 565	81,1
Muito pequenas (< 8 000 euros)	4 618	2,5	12 467	6,6	170 550	90,9
Pequenas (8 000 - < 25 000 euros)	4 348	11,8	9 641	26,2	22 845	62,0
Médias (25 000 - < 100 000 euros)	4 174	25,1	7 073	42,6	5 363	32,3
Grandes (≥ 100 000 euros)	1 982	39,1	2 281	45,0	807	15,9

Nas explorações muito pequenas, com VPPT inferiores a 8 000 euros, apenas 2,5% dos agregados obtiveram rendimentos exclusivamente da exploração, declarando a maior parte dos indivíduos (90,9%) que os proveitos auferidos resultaram principalmente de fontes exteriores à exploração. Nas grandes explorações, com VPPT superiores a 100 000 euros, a situação inverte-se, com 39,1% dos agregados familiares do produtor a declararem que o rendimento proveio exclusivamente da exploração, sendo que somente 15,9% afirmaram que o rendimento de origem exterior à atividade agrícola da exploração é mais importante.

A importância das pensões e reformas, naturalmente relacionada com a idade avançada da população agrícola, no rendimento do agregado doméstico do produtor é muito elevada. Praticamente 2/3 dos agregados domésticos do produtor declararam receber pensões e reformas, ao passo que 7,1% afirmaram complementar o seu rendimento agrícola com outra atividade empresarial.

2/3 dos agregados domésticos do produtor receberam pensões e reformas

Quadro 14 >> Origem do rendimento do agregado doméstico do produtor exterior à exploração[1] (2016)

Origem do rendimento exterior à exploração	Rendimento exclusivamente da exploração		Rendimento principalmente da exploração		Rendimento principalmente de origem exterior		Total
	(n.º expl.)	(%)	(n.º expl.)	(%)	(n.º expl.)	(%)	(%)
Exploração Agrícola	15 122	6,1	31 463	12,8	199 565	81,1	100,0
Salários do setor primário	-	-	1 892	0,8	10 020	4,1	4,8
Salários do setor secundário	-	-	2 924	1,2	24 770	10,1	11,3
Salários do setor terciário	-	-	6 515	2,6	46 551	18,9	21,6
Actividade empresarial	-	-	2 232	0,9	15 170	6,2	7,1
Pensões e reformas	-	-	19 092	7,8	143 198	58,2	65,9
Outras origens	-	-	2 188	0,9	13 196	5,4	6,3

[1] Cada agregado doméstico do produtor pode ter várias origens do rendimento exterior à exploração

>> Mão de obra agrícola assalariada: representa cerca de ¼ do volume de trabalho agrícola, que assenta maioritariamente na estrutura familiar

77 mil assalariados agrícolas trabalharam em 24 mil explorações

Em 2016, cerca de 77 mil trabalhadores permanentes (+53,3% face a 2009 e +20,5% face a 2013) exerceram funções regulares em 24 mil explorações (9,3% do total). A maioria destes assalariados trabalharam a tempo completo (53,5%) e 14 mil desempenharam funções de gestão.

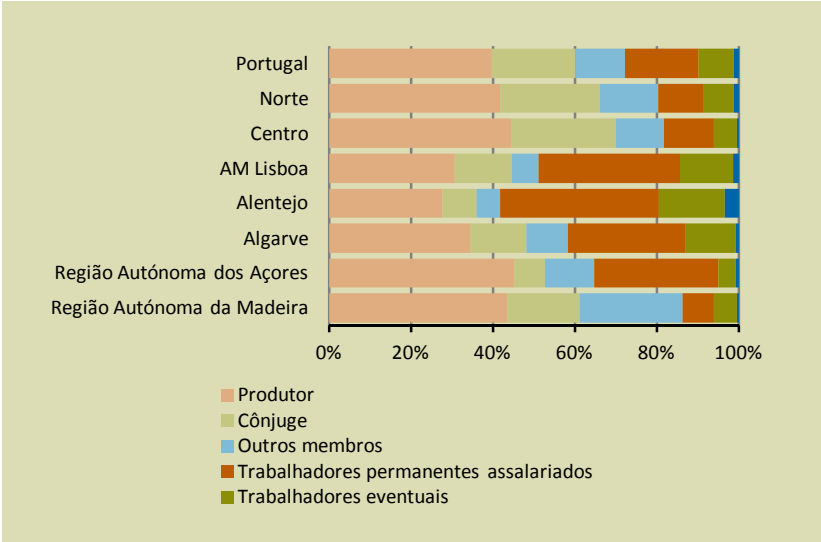
Quadro 15 >> Trabalhadores permanentes assalariados, segundo a função e o tempo de atividade, por NUTSII (2016)

NUTSII	Total de trabalhadores permanentes assalariados			Dirigentes assalariados[1]		Outros trabalhadores permanentes assalariados			
						Total		A tempo completo	A tempo parcial
	(n.º ind.)	UTA	(n.º expl.)	(n.º ind.)	(%)	(n.º ind.)	(%)	(n.º ind.)	(n.º ind.)
Portugal	77 041	57 027	24 040	13 956	100,0	63 085	100,0	41 248	21 837
Continente	71 015	52 488	21 648	13 357	95,7	57 658	91,4	37 566	20 092
Norte	21 041	14 082	8 620	4 739	34,0	16 301	25,8	8 348	7 954
Centro	14 132	11 112	4 581	2 889	20,7	11 243	17,8	7 961	3 281
AM Lisboa	3 685	3 233	1 195	859	6,2	2 826	4,5	2 523	304
Alentejo	28 062	20 288	6 479	4 495	32,2	23 567	37,4	15 392	8 174
Algarve	4 095	3 773	774	374	2,7	3 721	5,9	3 342	379
Açores	4 147	3 703	1 334	495	3,5	3 652	5,8	3 247	405
Madeira	1 879	836	1 057	104	0,7	1 775	2,8	435	1 340

[1] Inclui o dirigente assalariado do produtor singular e todos os dirigentes das outras naturezas jurídicas (sociedade, baldio, Estado e pessoas públicas ou outras entidades).

A mão de obra agrícola é composta maioritariamente pela população agrícola familiar (72,2% das UTA de 2016), contribuindo os produtores singulares com o maior volume de trabalho (39,8% das UTA de 2016).

Figura 16 >> Composição da mão-de-obra agrícola em Unidade de Trabalho Ano (UTA), por NUTS II (2016)



Recurso à prestação de serviços agrícolas ainda é residual (1,3% da mão de obra agrícola)

A mão de obra agrícola não familiar inclui os trabalhadores assalariados permanentes, que concorreram com 17,9% das UTA, e os trabalhadores eventuais, que foram responsáveis por 8,5% do volume de trabalho agrícola. De referir ainda que 1,3% do trabalho agrícola em 2016 foi efetuado com recurso à prestação de serviços (mão de obra não contratada diretamente pelo produtor).

No Alentejo a mão de obra agrícola é predominantemente assalariada com 58,2% das UTA em 2016.

<< **mão de obra familiar:** pessoas pertencentes ao agregado doméstico do produtor que trabalham na exploração, bem como os membros da família do produtor que não pertencendo ao seu agregado doméstico trabalham regularmente na exploração.

<< **mão de obra não familiar:** pessoas remuneradas pela exploração e ocupadas nos trabalhos agrícolas da exploração que não sejam nem o produtor nem membros da sua família.

<< **mão de obra não contratada diretamente pelo produtor:** pessoas não contratadas diretamente pelo produtor que efetuam trabalho agrícola na exploração, fazendo-o por conta própria ou por conta de terceiros (caso de cooperativas ou empresas de trabalho à tarefa).

<<**trabalhadores permanentes:** assalariado que trabalha com regularidade na exploração ao longo do ano agrícola, isto é, todos os dias, alguns dias por semana ou alguns dias por mês.

<< **dirigente da exploração:** pessoa responsável pela gestão corrente e quotidiana da exploração agrícola e que tem nela obrigatoriamente uma ocupação regular. Entende-se por gestão quotidiana da exploração a tomada de decisões dia a dia, respeitantes aos trabalhos a realizar na exploração e às operações sem grande repercussão económica, no andamento da exploração.

<< **unidade de trabalho ano (UTA):** unidade de medida equivalente ao trabalho de uma pessoa a tempo completo realizado num ano medido em horas (1 UTA = 225 dias de trabalho a 8 horas por dia).

>> Indicadores laborais: aumento da produtividade e eficiência da mão de obra agrícola

Quadro 16 >> Indicadores laborais, por classes de SAU, dimensão económica (DE) e natureza jurídica (2009-2016)

	UTA	UTA média por exploração (UTA/expl.)	VPPT médio por UTA (10^3 euros/UTA)	UTA média por SAU (UTA/100 ha)	UTA média por CN (UTA/100 CN)
Total					
2009	367 393	1,2	12,6	10,0	16,7
2013	328 658	1,2	13,7	9,0	16,1
2016	318 292	1,2	16,2	8,7	14,3
Variação 2009 -2016 (%)	-13,4	2,1	28,0	-12,7	-14,1
Variação 2009 -2013 (%)	-10,5	3,3	8,6	-9,9	-3,1
Variação 2013 -2016 (%)	-3,2	-1,1	17,8	-3,2	-11,4
Classes de SAU					
S/ SAU	2 912	2,3	100,7	-	0,9
> 0 a < 1 ha	39 214	0,8	4,5	147,8	56,6
1 a < 5 ha	137 312	1,0	5,7	45,1	53,9
5 a < 20 ha	71 469	1,4	16,0	14,9	20,1
20 a < 50 ha	25 981	2,0	31,1	6,6	9,5
>= 50 ha	41 404	3,8	46,8	1,7	4,4
Classes de DE					
Muito pequenas (< 8 000 euros)	165 408	0,9	3,0	28,5	118,1
Pequenas (8 000 - < 25 000 euros)	57 555	1,4	9,7	11,1	29,6
Médias (25 000 - < 100 000 euros)	42 702	2,1	23,7	4,4	10,8
Grandes (≥ 100 000 euros)	52 626	5,6	58,6	3,3	3,5
Natureza Jurídica					
Produtor singular	261 540	1,1	11,8	11,5	21,5
Sociedade	52 167	4,6	38,4	4,4	5,3
Outras formas	4 585	3,2	21,7	0,3	27,3
NUTS II					
Norte	129 193	1,3	8,7	19,8	33,8
Centro	91 216	1,0	13,3	15,6	14,7
AM Lisboa	9 335	1,7	30,9	12,0	10,9
Alentejo	52 455	1,5	32,8	2,5	5,9
Algarve	13 117	1,1	18,0	13,7	69,5
Açores	12 183	1,1	39,0	9,8	5,8
Madeira	10 793	0,9	7,9	220,6	123,8

No setor agrícola tem-se assistido à diminuição do volume de trabalho (-13,4% entre 2009 e 2016) e simultaneamente à melhoria dos indicadores laborais relacionados com a produtividade (expressa em VPPT por UTA) e com a eficiência do trabalho (medida em UTA por ha de SAU e por CN). Cada exploração recorreu em média a 1,2 UTA, gerando cada UTA um VPPT de 16,2 mil euros (+28,0% que em 2009). Por outro lado, para explorar 100 hectares de SAU foram necessárias em média 8,7 UTA (em 2009 eram necessárias 10,0 UTA) e para produzir 100 CN recorreu-se em média a 14,3 UTA (-14,1% que em 2009).

Nas explorações de maior dimensão a produtividade é naturalmente superior à registada nas pequenas unidades produtivas, gerando em média cada UTA das explorações com 50 ou mais hectares de SAU um VPPT 10 vezes superior ao das explorações com menos de 1 hectare. Quando se compara a produtividade das grandes explorações com mais de 100 mil euros de VPPT, verifica-se que cada UTA gerou em 2016 um valor de VPPT 20 vezes superior ao das explorações muito pequenas. De referir que as explorações sem SAU têm como atividade agrícola a pecuária intensiva, designadamente os aviários e as suiniculturas industriais, razão pela qual a produtividade é muito elevada (100,7 mil euros de VPPT por UTA).

As sociedades agrícolas, devido à maior dimensão e profissionalização, apresentam indicadores laborais mais competitivos, pois geram um VPPT por UTA mais elevado e, para atividades idênticas, recorrem a menos mão de obra.

Regionalmente, as explorações da Região Autónoma dos Açores e do Alentejo apresentam os indicadores laborais mais favoráveis, por oposição às do Norte e da Região Autónoma da Madeira, onde a produtividade é inferior.

Cada UTA gera em média 16,2 mil euros (+3,5 mil euros que em 2009)

Para explorar 100 hectares de SAU são necessárias 8,7 UTA (-1 ,3 UTA que em 2009)

>> Atividades lucrativas não agrícolas da exploração: produção florestal é o principal complemento da atividade das explorações

Quadro 17 >> Atividades lucrativas não agrícolas da exploração, por NUTS II (2009-2016)

	Explorações			Variação (2009-2016)	Variação (2009-2013)	Variação (2013-2016)
	(n.º)	(%)	No total (%)	(%)	(%)	(%)
Total	15 905	100,0	6,1	4,1	1,8	2,2
Turismo rural e atividades directamente relacionadas	848	5,3	0,3	40,0	11,7	25,3
Artesanato e transformação de produtos agrícolas não alimentares	78	0,5	0,0	0,3	-67,7	210,1
Transformação de produtos agrícolas alimentares	2 387	15,0	0,9	107,9	32,1	57,4
Produção Florestal[1]	10 471	65,8	4,0	-3,4	5,3	-8,3
Produção de cortiça	1 282	8,1	0,5	-34,1	4,3	-36,9
Outra(s)	9 332	58,7	3,6	2,0	3,7	-1,6
Prestação de serviços	1 808	11,4	0,7	3,9	-4,9	9,3
Prestação de serviços a outras explorações agrícolas	1 527	9,6	0,6	1,7	-9,0	11,8
Prestação de serviços a outras entidades	416	2,6	0,2	18,5	18,6	-0,1
Transformação de madeira	72	0,5	0,0	-39,3	181,3	-78,4
Aquacultura	1	0,0	0,0	-91,6	-91,9	3,8
Produção de energias renováveis	580	3,6	0,2	473,9	200,6	90,9
Para utilização na exploração	154	1,0	0,1	257,2	72,4	107,2
Para comercialização	470	3,0	0,2	646,3	304,5	84,5
Outras atividades lucrativas	608	3,8	0,2	-53,4	-72,4	68,6
NUTS II						
Norte	2 236	14,1	0,9	-25,7	5,8	-29,8
Centro	10 627	66,8	4,1	29,2	19,5	8,1
AM Lisboa	197	1,2	0,1	20,7	-11,7	36,7
Alentejo	2 021	12,7	0,8	-1,4	-10,5	10,1
Algarve	586	3,7	0,2	-63,3	-73,3	37,8
Açores	220	1,4	0,1	6,3	-37,7	70,6
Madeira	18	0,1	0,0	-43,4	-48,1	9,1

[1] Se a gestão do espaço florestal não for efetuada com recursos da exploração não é considerada como atividade lucrativa não agrícola da exploração

15,9 mil explorações desenvolvem atividades lucrativas complementares à atividade agrícola

Apenas 6,1% das explorações desenvolveram atividades complementares à agricultura, designadamente turismo rural, transformação de produtos agrícolas, produção florestal, prestação de serviços, produção de energias renováveis, etc.

A produção florestal, com recurso a mão de obra, maquinaria e equipamentos da exploração, destaca-se como a principal atividade complementar da atividade agrícola da exploração, seguindo-se a transformação de produtos alimentares e a prestação de serviços agrícolas e não agrícolas a terceiros, com recurso a equipamento da exploração. A produção de energias renováveis foi a atividade lucrativa não agrícola da exploração que maior evolução registou face a 2009 (+473,9%).

Produção de energias renováveis em manifesto crescimento na atividade agrícola

>> Continuidade da atividade agrícola: poucos querem abandonar a agricultura

Quase metade dos produtores singulares refere motivos afetivos para continuar com a atividade agrícola

Apenas 9,3% dos produtores indica a viabilidade económica como a principal razão para a manutenção da atividade

A grande maioria dos produtores agrícolas singulares declarou a intenção de continuar com a atividade agrícola nos próximos 2 anos (95,1%). Os principais motivos apontados para a continuidade da atividade agrícola foram o valor afetivo (49,3%) e o complemento ao rendimento familiar (31,3%), sendo a viabilidade económica referida por 9,3% dos agricultores. Naturalmente que as motivações variam em função da DE, assumindo a viabilidade económica uma expressão mais significativa nas explorações de maior dimensão (61,9%).

Quadro 18 >> Produtores singulares que prevêem continuar com a atividade agrícola nos próximos 2 anos (2016)

	Manutenção da atividade agrícola		Principal motivo para manutenção da atividade									
			Viabilidade económica da atividade		Complemento do rendimento familiar		Valor afetivo		Sem outra alternativa profissional		Outro	
	(n.º ind.)	No total	(n.º ind.)	(%)	(n.º ind.)	(%)	(n.º ind.)	(%)	(n.º ind.)	(%)	(n.º ind.)	(%)
Total	233 978	95,1	21 679	9,3	73 247	31	115 325	49,3	20 043	8,6	3 684	2
Classes de DE												
Muito pequenas (< 8 000 euros)	177 109	94,4	6 480	3,5	56 268	30,0	102 177	54,5	9 309	5,0	2 875	1,5
Pequenas (8 000 - < 25 000 euros)	35 647	96,8	5 629	15,3	13 010	35,3	10 508	28,5	5 986	16,3	514	1,4
Médias (25 000 - < 100 000 euros)	16 236	97,7	6 434	38,7	3 517	21,2	2 290	13,8	3 790	22,8	205	1,2
Grandes (≥ 100 000 euros)	4 985	98,3	3 137	61,9	452	8,9	350	6,9	957	18,9	90	1,8
NUTSII												
Norte	86 370	94,4	6 527	7,1	28 336	31,0	39 673	43,4	10 166	11,1	1 668	1,8
Centro	80 434	95,4	4 565	5,4	24 763	29,4	44 492	52,8	5 647	6,7	966	1,1
AM Lisboa	4 876	96,8	701	13,9	1 453	28,8	2 230	44,2	408	8,1	84	1,7
Alentejo	29 784	95,0	4 819	15,4	6 711	21,4	16 042	51,2	1 681	5,4	532	1,7
Algarve	11 112	97,8	725	6,4	2 971	26,2	6 733	59,3	453	4,0	230	2,0
Açores	10 324	93,0	3 858	34,7	3 010	27,1	2 326	20,9	965	8,7	164	1,5
Madeira	11 078	96,0	484	4,2	6 003	52,0	3 830	33,2	723	6,3	39	0,3

>> Agricultura portuguesa no contexto europeu: a dimensão das explorações não justifica a baixa produtividade da agricultura nacional

Quadro 19 >> Indicadores estruturais e sociais na UE (2013)

Paises	Estruturais							Sociais	
	SAU média por expl.	Expl. com menos de 2 ha de SAU	SAU das expl. com mais de 100 ha	DE (VPPT por expl.)	Volume de trabalho por expl.	VPPT por UTA	SAU por unidade trabalho	Dirigente da expl. com 65 e mais anos	Mais de 50% da produção para auto-consumo
	(ha/expl.)	(%)	(%)	(euros/ expl.)	(UTA/ expl.)	(euros/ UTA)	(ha/UTA)	(%)	
UE 28	**16,1**	**44,1**	**52,0**	**30 550**	**0,9**	**34 830**	**18,4**	**31,1**	**11,0**
Alemanha	58,6	4,3	57,0	162 271	1,8	88 482	31,9	6,5	0,0
Áustria	19,4	10,4	16,4	40 385	0,8	51 018	24,5	8,6	0,0
Bélgica	34,6	4,3	24,4	222 634	1,5	148 187	23,1	21,2	//
Bulgária	18,3	75,0	83,6	13 111	1,3	10 416	14,5	36,7	33,2
Chipre	3,1	74,9	16,9	14 003	0,5	29 934	6,6	40,0	55,0
Croácia	10,0	38,6	40,1	12 888	1,1	11 592	9,0	30,3	51,8
Dinamarca	68,4	0,8	69,0	250 267	1,4	180 181	49,3	24,2	0,0
Eslováquia	80,7	26,8	90,4	76 887	2,1	35 815	37,6	21,6	51,4
Eslovénia	6,7	25,4	7,0	13 943	1,1	12 241	5,9	25,3	59,4
Espanha	24,1	26,8	55,5	37 284	0,8	44 225	28,6	33,3	0,4
Estónia	49,9	9,4	73,5	35 243	1,1	30 658	43,4	30,4	31,4
Finlândia	42,0	1,6	30,3	62 464	1,1	59 045	39,7	10,2	0,0
França	58,7	11,1	61,9	120 527	1,5	78 536	38,3	12,4	2,4
Grécia	6,8	51,0	34,8	11 421	0,7	17 469	10,5	31,3	18,0
Holanda	27,4	10,5	20,0	303 765	2,3	133 703	12,1	21,0	0,0
Hungria	9,5	73,9	64,4	11 352	0,9	12 861	10,7	30,3	64,4
Irlanda	35,5	1,7	23,2	35 906	1,2	30 622	30,3	26,5	0,0
Itália	12,0	27,5	26,9	43 346	0,8	53 609	14,8	39,7	13,1
Letónia	23,0	21,8	53,1	12 103	1,0	12 060	22,9	30,0	68,1
Lituânia	16,7	14,1	46,6	11 171	0,8	13 257	19,8	34,0	56,3
Luxemburgo	63,0	8,7	53,7	150 871	1,7	88 899	37,1	14,4	//
Malta	1,2	84,4	//	10 341	0,5	21 751	2,4	25,1	32,3
Polónia	10,1	22,9	21,1	15 254	1,3	11 361	7,5	9,6	37,7
Portugal (2016)	**14,1**	**45,8**	**58,0**	**19 863**	**1,2**	**16 162**	**11,4**	**51,9**	**42,0**
Reino Unido	94,7	2,2	74,8	119 201	1,5	79 479	63,1	30,5	//
República Checa	133,0	10,4	87,8	169 408	4,0	42 320	33,2	23,0	19,2
Roménia	3,6	72,7	48,3	3 303	0,4	7 722	8,4	41,0	87,6
Suécia	45,2	1,1	55,2	69 674	0,9	78 870	51,2	30,0	0,0

A dimensão média das explorações agrícolas nacionais (14,1 hectares de SAU/exploração em 2016) é inferior à média das explorações da UE 28 (16,1 hectares de SAU/exploração em 2013). As pequenas explorações, com menos de 2 hectares de SAU, representam em portugal 45,8%, valor ligeiramente superior ao registado na UE 28 em 2013 (44,1%). No entanto, em Portugal as explorações de grande dimensão, com mais de 100 ha de SAU, concentram 58,0% da SAU, mais 6 p.p. que na UE 28.

Dimensão média das explorações nacionais (14,1 hectares) inferior à média europeia (16,1 hectares)

A concentração da SAU nas explorações de grande dimensão é mais evidente em Portugal que na UE 28

A maior parte do território nacional (Norte, Centro, Algarve e Região Autónoma da Madeira) apresentam das mais baixas dimensões médias das explorações na Europa (< 10 hectares por exploração). Em contrapartida o Alentejo apresenta explorações de maior dimensão, que rivalizam com as de Espanha e do norte e centro da Europa.

Explorações do Alentejo com dimensão muito superior à média europeia

Figura 17 >> Dimensão média das explorações na UE, por NUTS II (2013)

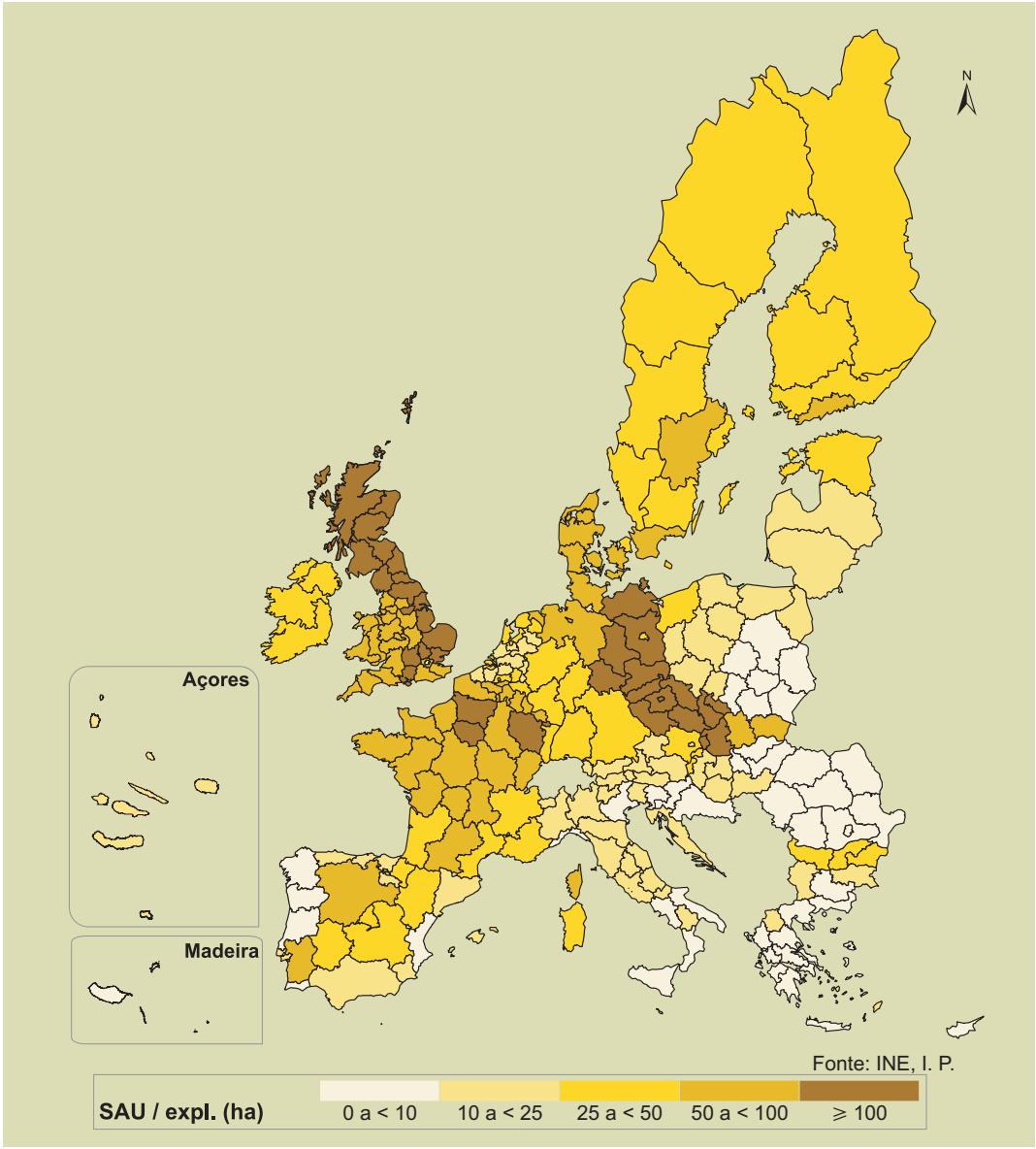
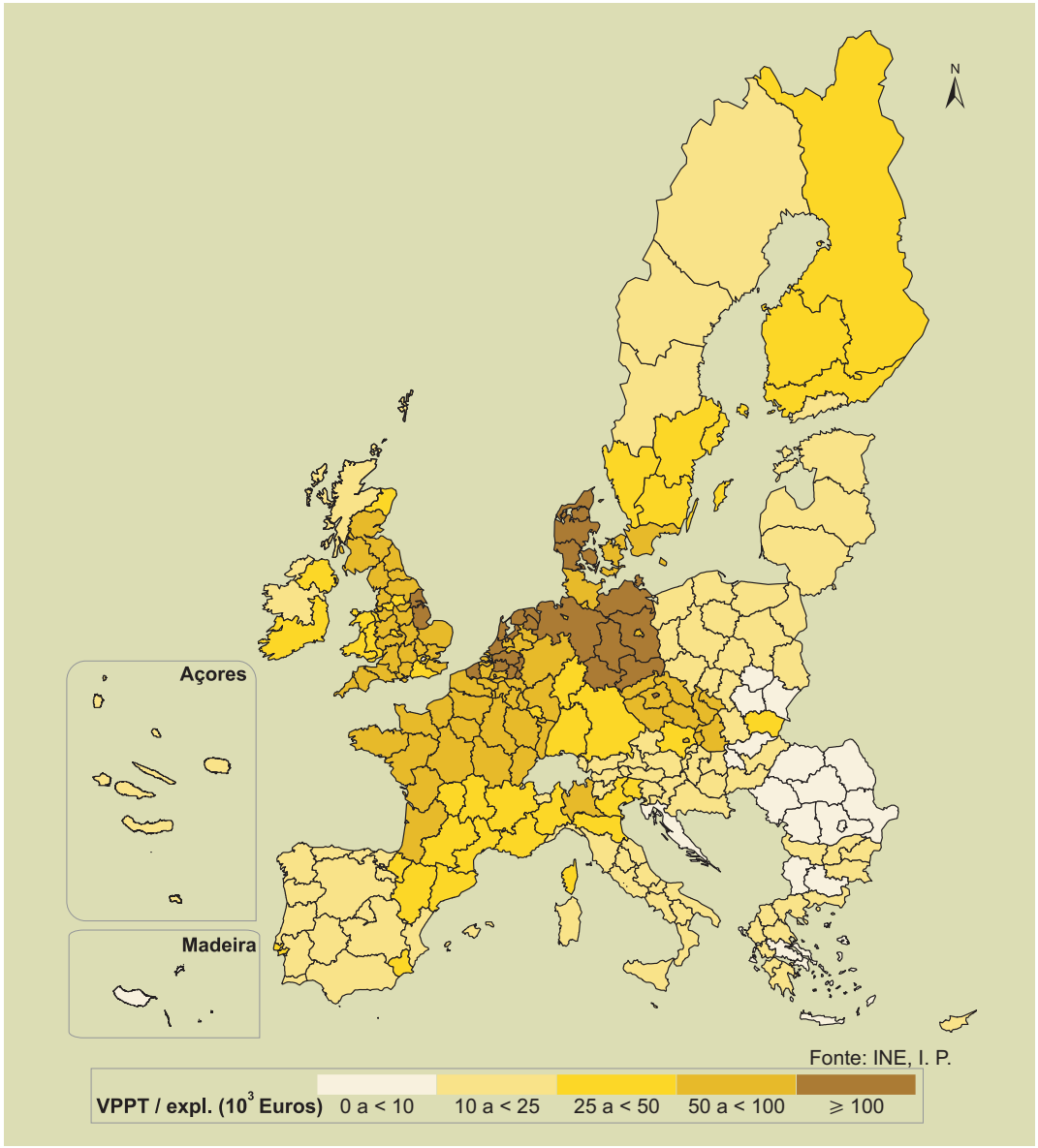


Figura 18 >> Dimensão Económica (DE) média das explorações na UE, por NUTS II (2013)



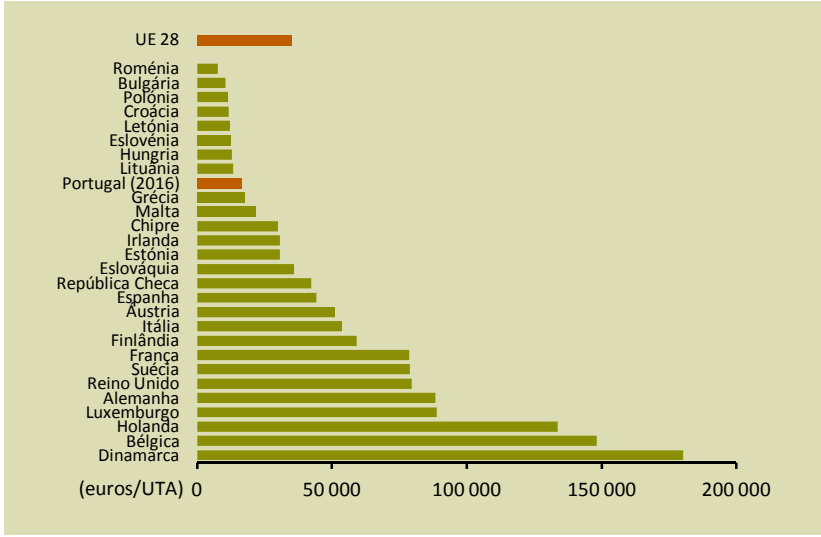
A análise da DE média das explorações nacionais num contexto europeu revela um cenário semelhante ao da dimensão física. O VPPT médio das explorações portuguesas é consideravelmente inferior ao das explorações da UE 28 (-35,0%), mas a Área Metropolitana de Lisboa, o Alentejo e Região Autónoma dos Açores apresentam DE acima da média europeia. A diferença da dimensão das explorações entre os países do centro e os da periferia da Europa é mais acentuada ao nível da DE do que da dimensão física.

Dimensão económica média das explorações nacionais é menos de 2/3 da média da UE 28

A agricultura portuguesa é pouco produtiva quando comparada com a média da UE 28. Em 2013, a produtividade média da mão de obra agrícola na UE 28 foi de 34,8 mil euros de VPPT por UTA, mais do dobro do valor alcançado em Portugal em 2016. Também a eficiência da mão de obra agrícola, expressa na SAU por UTA, embora dependente do tipo de sistema produtivo, é superior na UE 28, onde cada UTA trabalha em média 18,4 hectares de SAU, mais 7 hectares do que em Portugal.

Produtividade da mão de obra agrícola nacional (16,1 mil euros/UTA) muito aquém da média europeia (34,8 mil euros/UTA)

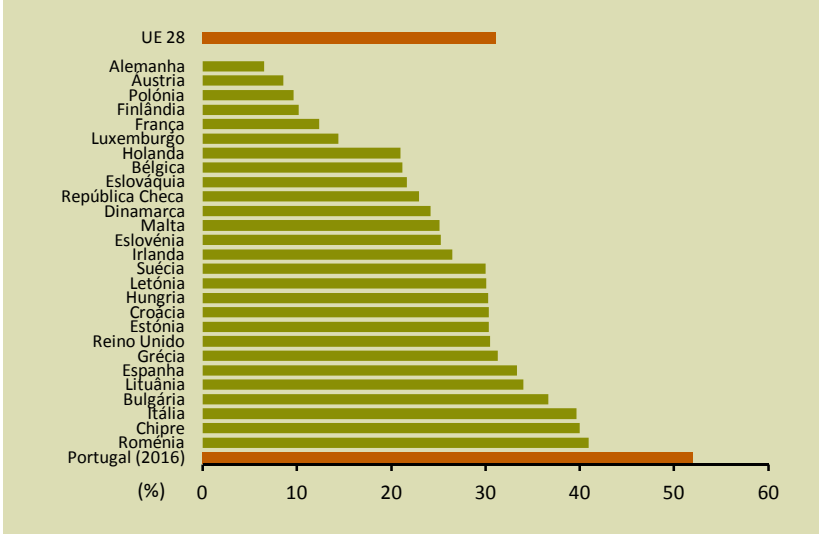
Figura 19 >> Valor da Produção Padrão Total (VPPT) por Unidade de Trabalho Ano (UTA) (2013)



Os dirigentes das explorações em Portugal são os mais velhos da UE 28. Mais de metade têm 65 ou mais anos, representatividade muito superior à da UE 28 (31,1%).

Explorações agrícolas portuguesas com os dirigentes mais velhos da UE 28

Figura 20 >> Representatividade dos dirigentes das explorações com 65 anos ou mais (2013)



www.ine.pt